



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Práticas e saberes pela Agroecologia no Assentamento Padre Jésus em
Espera Feliz - MG**

Juliana Padula Villar

Rio Grande, março de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Práticas e saberes pela Agroecologia no Assentamento Padre Jésus em
Espera Feliz - MG**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia pelo programa de Pós – graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Orientadora: Jussara Mantelli

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profª Drª Jussara Mantelli
Instituto de Ciências Humanas e da Informação
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFES
- Rio Grande – RS

Profª Drª Vera Maria Favila Miorin
CCNE -DG/UFSM

Prof. Dr. Eder Dion de Paula Costa (suplente)
FADIR/FURG

Rio Grande, março, 2014.

Dedico este trabalho aos agricultores e agricultoras do Assentamento Padre J3sus que tem na terra a emo33o principal de sua exist4ncia.

Agradecimentos

Aos meus pais e irmão pelo carinho e apoio material e espiritual.

*À professora Jussara e aos demais professores, funcionários e colegas do
PPGeo-FURG.*

*Aos membros das organizações de trabalhadores rurais na agricultura familiar
de Espera Feliz e aos moradores do Assentamento Padre Jésus pela maravilhosa
receptividade, carinho e cuidado.*

*Ao professor Willer Barbosa e à professora Irene Cardoso da Universidade
Federal de Viçosa pela confiança e condução no traçado dos nossos
entendimentos na Agroecologia e a tod@s que passaram e seguem tecendo o
Ambiente TEIA.*

Ao CTA-ZM pelo apoio na realização do trabalho de campo.

*Aos amigos e amigas que fiz em Viçosa, sempre presentes de algum modo
durante a realização desta pesquisa.*

*Às amizades e amores conquistados no Rio Grande do Sul que inundaram essa
experiência com muita alegria.*

A CAPES pelos dois anos de bolsa de estudo.

A tod@s, minha gratidão!

O sabor da

Vida

Está no sentir.

O mundo está cheio

De entendidos

E tão sem sentido.

*Pedaços de Poesia de Amauri Adolfo da Silva,
agricultor e poeta de Espera Feliz-MG.*

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
1.1.	Construção da pesquisa	8
1.2.	Metodologia	11
1.3.	O contexto da pesquisa, a região da Zona da Mata mineira	15
2.	AGRICULTURA E TERRITÓRIO	26
3.	A PRODUÇÃO DE UM TERRITÓRIO, O ASSENTAMENTO PADRE JÉSUS.....	40
3.1.	Sonhos e projeto de futuro	40
3.2.	A ocupação da área	45
3.3.	Enfrentamentos	52
3.4.	Produtividades e criatividadees	58
3.5.	Raízes: saberes e práticas presentes	66
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
	Referências Bibliográficas.....	79
	Apêndice.....	85

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização da área de estudo.....	9
Figura 2: Esquema metodológico	13
Figura 3: Mar de morros, relevo característico da Zona da Mata mineira.	17
Figura 4: Agricultores e agricultoras reunidos pela primeira vez na área.	46
Figura 5: Vista parcial da área durante a abertura das estradas e praças.....	47
Figura 6: Levantamento Topográfico do Assentamento.	48
Figura 7: Mutirão para construção da Capela.....	51
Figura 8: Paisagem no Assentamento e propriedade vizinha ao fundo.	55
Figura 9: Produção agrícola diversificada em uma propriedade no Assentamento Padre Jésus.	59
Figura 10: Minhocário feito de tijolos na casa de Elisabeth e o solo resultante.	62
Figura 11: Caule do mamoeiro preparado para fabricação do doce.	64
Figura 12: Máquina para plantio de feijão em áreas com declividade em processo de elaboração e máquina de moer milho adaptada ao motor da tobata.	64

QUADRO

Quadro 1: Dimensões, elementos analíticos e ideias afins que são articuladas no esquema metodológico.	14
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Assentamento Padre Jesús em 2013, município de Espera Feliz-MG. Nosso objetivo foi descrever e analisar o processo de produção do território do Assentamento Padre Jesús. Buscamos identificar permanências, rupturas e ressignificações da agricultura camponesa presentes no processo de transição para a agroecologia que se propõem os assentados. Procuramos nos debruçar sobre as dinâmicas e formas de organização do espaço rural desvendando as configurações que se estruturam em cenários caracterizados não só pela dimensão da produção agrícola, mas, também, por uma diversidade de relações sociais, políticas e culturais tecidas no cotidiano das famílias no meio rural. Para isso, além do estudo de literatura, realizamos duas imersões a campo. Formado em 2010, o assentamento vem se constituindo em uma área de aproximadamente 122 hectares, agregando nesse território famílias de agricultores assentadas através do acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário vinculado ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) do Governo Federal. Estas famílias ocuparam um território com terras degradadas, tomadas pela braquiária com o desafio de reconstruir suas histórias, dando vida à suas propriedades. Identificamos que o fortalecimento da Agroecologia se dá na territorialização de práticas e saberes das famílias, na organização de circuitos locais e diversificados de produção e comercialização e na organização de um repertório de símbolos sobre o território que traduzem o estabelecimento de uma relação integrada com a natureza propostas pelo enfoque agroecológico.

Palavras-chave: território, agroecologia, agricultura.

ABSTRACT

This master thesis presents the results of a survey conducted in a land reform settlement called Padre Jesus, in the municipality of Espera Feliz - MG, during the year of 2013. Our objective was to describe and analyse the process of production of the territory Padre Jesus. We sought to identify the continuities, ruptures and reinterpretation of peasantry agriculture present in the process of transition to agroecology that propose the settlers. Also, to dwell on the dynamics and forms of organization of rural, unveiling the settings that are structured scenarios characterized not only by the size of agricultural production, but also by a variety of social, political and cultural relations woven into the everyday life of families in rural surroundings. In that sense, besides the study of literature, were carried out two immersions the field. From 2010, the Padre Jesus community is still been formed within an area of approximately 122 hectares. Besides, some family farmers have settled in the territory through access to the National Land Credit Program linked to PRONAF (National Program for Strengthening Family Agriculture) of the Federal Government. These families occupied a territory of degraded land, caused by the intensive use of pasture and now they have the challenge of rebuilding their stories, giving life to their properties. As results, we identified that the strengthening of Agroecology occurs through the territorialisation of practices and knowledge of families. Also, through the organization of local and diverse circuits of production and marketing, and through the organization of a repertory of symbols over the territory that translate the establishment of an integrated relationship with nature, proposed by the agroecological approach.

Key words: agroecology, territory, agriculture.

1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo, à agricultura camponesa no Brasil foi designado um lugar subalterno. Em uma análise a respeito da agricultura camponesa no Brasil, que inclusive, serviu como referência para os conteúdos de livros didáticos de Geografia, as pessoas que cultivavam alimentos foram denominadas como “categorias inferiores da colonização” e “elemento humano residual” (PRADO, 1981, p. 154).

Sousa Santos (2002), em sua sociologia das emergências, realizou um estudo aprofundado, acerca das iniciativas de grupos historicamente subalternizados que se produzem como presentes na atualidade e o registro dessas ações numa perspectiva descolonizadora. Ele ressaltou a dificuldade metodológica encontrada entre pesquisadores para compreender, sob um ponto de vista condizente com as práticas desses grupos, as suas especificidades e indicações futuras.

Isso ocorre porque essas experiências são calcadas numa estrutura de saberes antiga e, no caso do Brasil e de outros países da América do Sul, extremamente híbrida. O que conhecemos ainda são fragmentos de uma trajetória intercultural que se esconde, muitas vezes, sob a produção desses grupos sociais como ausentes. Assim, essas ausências vêm sendo sistematicamente produzidas ao se priorizar uma racionalidade única na interpretação dos aspectos estruturantes da realidade em que vivemos (SOUSA SANTOS, 2002).

Se na agricultura a ausência da diversidade e o ideal de somente uma espécie e um modo de produzir conformam monoculturas, estas se ampliam na representação do pensamento único que rege as dimensões da sociedade capitalista. A *monocultura e o rigor do saber*, que atribui valor superior aos modelos e fórmulas que se encaixam ao conhecimento científico. A *monocultura do tempo linear*, que define o que é atrasado e moderno, o que é

desenvolvido e o que é subdesenvolvido. A lógica da classificação social assentada na *monocultura da naturalização das diferenças de raça e sexo*, em que a inferioridade de determinados grupos é insuperável porque é natural. A *lógica da escala dominante*, em que a globalização privilegia entidades e realidades que estendem o seu âmbito a todo o globo, propondo a homogeneização dos lugares. E por fim, a lógica produtivista, assentada na *monocultura dos critérios de produtividade capitalista*, onde o que não se enquadra é visto como improdutivo (SOUSA SANTOS, 2002).

Essa predominância de um elemento sobre outros vem sendo desconstruída, com base na elaboração de novos entendimentos que levam em conta a diversidade e a riqueza das experiências que existem no globo. Para isso, em contraponto às monoculturas, considera-se a existência de várias ecologias.

A *ecologia de saberes*, que considera a incompletude de todos os saberes: "não há ignorância em geral, nem saber geral" . A *ecologia das temporalidades* que restitui às práticas sociais temporalidade própria para a possibilidade de desenvolvimento autônomo. É necessário considerar as várias formas de viver a contemporaneidade, valorizando outras temporalidades que se articulam ou conflitam com o tempo linear. A *ecologia dos reconhecimentos*, na medida em que se estabelece uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença, abrindo espaço para possibilidade de diferenças iguais. A *ecologia das trans-escalas*; no entendimento e recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemônica. E por fim, a *ecologia da produtividade* com a valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias que colocam em questão o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico infinito da lógica capitalista. (SOUSA SANTOS, 2002).

Dentre estas ecologias, que são tocadas pela necessidade de partilhar dessa diversidade de experiências que foram reduzidas por não se enquadrarem

àquelas *mono-culturas*, há uma delas que elege a agricultura camponesa para ser removida dessa condição. É a Agroecologia.

A Agroecologia é nova como ciência, mas existe desde que a humanidade pratica agricultura. Em sua constituição, a Agroecologia busca integrar os saberes tradicionais de agricultores e agricultoras ao conhecimento científico produzido por diversas disciplinas para uma análise crítica do modelo de desenvolvimento e de agricultura dominante. Também propõe uma nova lógica de desenvolvimento rural com base em estilos de agriculturas *mais sustentáveis*¹ (CAPORAL, 2011).

O enfoque agroecológico emerge no sentido da ressignificação dos sistemas técnico-produtivos agrícolas com base no paradigma ecológico. Este paradigma emerge nos anos 1980 e coloca em análise a relação que os seres humanos vieram estabelecendo com a natureza nos últimos períodos de sua existência. A ecologia recoloca cada ser vivo “em relação ao conjunto das condições vitais que o constituem e no equilíbrio com todos os demais representantes da comunidade dos viventes em presença” (BOFF, 1996, p. 18). A ecologia é, assim, definida nas relações, interdependências, interconexões, intercâmbios de todo o tipo de saber, ou seja, da forma como todos os seres dependem uns dos outros em uma teia (BOFF, 1996).

Assim, devido a essa abordagem sistêmica oriunda da ecologia, a agroecologia adota como unidade de análise o *agroecossistema*. O manejo de agroecossistemas biodiversificados se realiza com o objetivo de gerar níveis cada vez maiores de autonomia técnica e com relação aos insumos externos, estabilidade na produção e resiliência ecológica a partir da potencialização dos ciclos naturais. Numa perspectiva mais ampla os agroecossistemas podem ser

¹ O uso dessa expressão, assim como da expressão *desenvolvimento mais sustentável*, procura evidenciar que teremos tantas agriculturas quantos forem os diferentes agroecossistemas e sistemas culturais das pessoas que as praticam. Por outro lado, a palavra “mais”, também quer evidenciar que o discurso “oficialista” sobre desenvolvimento sustentável, não encontrará base científica capaz de dar-lhes consequência operativa e, por isso, ajuda a obstaculizar processos de mudança que resgatem uma postura mais ética e mais humanista nas práticas agrícolas e nas estratégias de desenvolvimento (CAPORAL, 2009).

compreendidos desde sua dimensão socioeconômica, ou seja, das relações sociais envolvidas na dinâmica produtiva e em estratégias de reprodução econômica das famílias agricultoras (PETERSEN, 2013).

Como a agricultura é praticada de formas diferentes em diferentes ambientes, a Agroecologia é definida de acordo com os contextos de análise. Wezel et al. (2012) definiram a Agroecologia a partir de sua emergência em diferentes partes do mundo como *ciência, prática e movimento social* ao mesmo tempo.

A Agroecologia, como *ciência* surge inicialmente da fusão entre dois saberes, a agronomia e a ecologia, incorporando posteriormente o arcabouço de outras ciências. Propõe, assim, a integração de conhecimentos de diferentes ciências ao saber popular propondo novas bases conceituais e metodológicas para a elaboração de estratégias para o desenvolvimento rural. Como *prática*, mesmo que não seja explícita², a agroecologia se traduz nas várias formas de valorização do ambiente e da cultura através da ressignificação dos conhecimentos e das práticas tradicionais dentro de uma visão integradora entre agricultura, natureza e sociedade. E como *movimento social*, a agroecologia engloba diversas pessoas e suas organizações que atuam na defesa da justiça social, do acesso a terra e à moradia, da educação contextualizada no meio rural, da segurança e soberania alimentar, da economia popular solidária, da equidade entre gêneros, da saúde do ambiente e das pessoas (PETERSEN, 2013; CAPORAL et. al, 2011).

Assim, diante da possibilidade do encontro dessa diversidade que se produz nas experiências em agroecologia, nos voltamos a uma realidade específica, que nos permitiu o exercício de tentar descolonizar a mente para enxergar alternativas, não somente produtivas, à monocultura, mas de construção, na contemporaneidade, de um futuro mais otimista.

² Muitas experiências tem por base a agroecologia, no entanto não se nomeiam como tal. Esta é uma das dificuldades de contabilizar as experiências em agroecologia que com certeza são mais do que aquelas sistematizadas nos trabalhos.

1.1. A construção da pesquisa

A minha aproximação com a geografia agrária se deu devido aos trabalhos de extensão universitária desenvolvidos durante a graduação em Geografia junto ao Programa de Extensão TEIA na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais.

O contato com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações trouxe questionamentos a respeito do porquê de aquelas pessoas escolherem permanecer no campo e serem agricultoras. O que as movia naquela direção e não em outra?

A partir da experiência como colaboradora nas atividades do curso Educação do Campo e Homeopatia Agrícola ao longo do ano de 2011 comecei a tecer uma proposta para a pós-graduação em Geografia, que toma a forma desta dissertação. O curso aconteceu no Assentamento Padre Jésus localizado no município de Espera Feliz, no norte da Zona da Mata de Minas Gerais (figura 1).

Desde a fundação do Assentamento Padre Jésus existe um projeto de criação de uma Escola Família Agrícola (EFA) naquela área. A EFA traz uma proposta de educação que tem por base a pedagogia da alternância³, voltada para a realidade dos que vivem e desejam permanecer em áreas rurais, pois possibilita conjugar a formação escolar com as atividades e tarefas na unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do meio rural.

O curso de Educação do Campo e Homeopatia Agrícola surgiu como um embrião da futura escola e pode ser considerado como um instrumento pedagógico de enraizamento, pois a didática e as temáticas desenvolvidas

³Na pedagogia da alternância a formação deve ser vinculada aos saberes e ao contexto dos estudantes, que permanecem durante quinze dias na escola, no chamado tempo escola, em regime de internato aonde acontecem aulas teóricas e práticas com a análise das experiências vivenciadas no meio sócio familiar. Os outros quinze dias configuram o tempo comunidade quando o estudante vai para casa/comunidade com a tarefa de pesquisar e aplicar o que aprendeu no tempo escola. A formação nesses dois tempos distintos é integrada e complementar. (Barbosa et al, 2004).

visaram trazer elementos do cotidiano, gerar autoconhecimento e conhecimento geral da comunidade. A utilização da Homeopatia como ferramenta de apoio a reconversão produtiva das famílias agricultoras se justificou porque se acredita que esta, enquanto ciência possui um arcabouço de conhecimentos e recursos tecnológicos apropriados à intermediação no processo de transição da produção convencional para modelos ecológicos de produção (ANDRADE e CASALI, 2011).

Nesse contexto, a experiência no curso e o contato com aquela realidade motivou e despertou nosso interesse para estudar a produção do território do Assentamento Padre Jéus.



Figura 1: Localização da área de estudo (Elaborado por FERNANDES, L. C., 2014).

O Assentamento Padre J3sus foi constitu3do atrav3s do acesso ao Programa Nacional de Cr3dito Fundi3rio do Governo Federal em 2010 em uma 3rea de aproximadamente 122 hectares e agrega vinte e uma fam3lias agricultoras.

Com trajet3rias de vida distintas, mas que se unificam pelo fato de nunca terem sido donos de sua terra, estas fam3lias vem buscando novas possibilidades de se territorializarem e o seu desafio foi ocupar uma 3rea tomada pelo pasto com a pr3tica de uma agricultura de base ecol3gica, de acordo com os princ3pios da agroecologia.

A Zona da Mata mineira tem um hist3rico recente de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Em diversos munic3pios agricultores e agricultoras se organizaram em sindicatos na d3cada de 1980 a partir do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) chegando a compor posteriormente o Polo Sindical da Zona da Mata de Minas Gerais.

Em Espera Feliz o Sindicato de Trabalhadores Rurais veio se fortalecendo em articula3o com a Universidade Federal de Vi3osa e com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), esta 3ltima, uma organiza3o da sociedade civil que vem realizando trabalhos de extens3o rural h3 mais de vinte e cinco anos em munic3pios naquela regi3o.

As fam3lias agricultoras que constituem aquela comunidade pertencem a grupos sociais que vem se reproduzindo historicamente em territ3rios fragmentados, mas devido 3 sua organiza3o pol3tica vem afirmando sua exist3ncia na reivindica3o e constitu3o de novos territ3rios - seja na forma da luta pela terra, seja pela demanda de pol3ticas p3blicas que garantam sua reprodu3o social no meio rural.

Nesse contexto nosso objetivo nesse estudo foi analisar e descrever a produ3o do territ3rio do Assentamento Padre J3sus evidenciando o processo de emerg3ncia e afirma3o da agricultura camponesa como sujeito ativo na hist3ria e com potencial transformador do espa3o agr3rio brasileiro.

Estudamos assim, a territorialização das famílias agricultoras na proposta de praticar uma agricultura com base nos princípios da agroecologia. Procuramos identificar como esse processo faz ressurgir a diversidade possibilitando novos desenhos ambientais e usos múltiplos do território propostos pelo enfoque agroecológico.

Assim, esta pesquisa se justifica por abordar os processos nos quais está envolvida a agricultura camponesa e por problematizar novas configurações do espaço agrário que se estruturam em cenários caracterizados não só pela dimensão da produção agrícola, mas também por dinâmicas sociais intrincadas no cotidiano das famílias no meio rural.

1.2. Metodologia

Para esta pesquisa realizamos duas imersões a campo. Na primeira com duração de três dias em julho de 2012 foram realizadas visitas as famílias agricultoras para apresentar a pesquisa e conversar sobre a possibilidade de serem entrevistadas posteriormente. Esse momento foi importante porque as famílias sinalizaram o melhor período para a realização das entrevistas de acordo com o calendário agrícola uma vez que entre os meses de maio e novembro todos se encontrariam envolvidos com a cafeicultura.

Assim a realização das entrevistas aconteceu durante a segunda imersão a campo em janeiro de 2013, com duração de oito dias. Conversamos com catorze famílias agricultoras que já habitavam o Assentamento no período. Durante as entrevistas procuramos abordar todos os assuntos do roteiro pré-estabelecido sem a preocupação de manter uma ordem das perguntas. As entrevistas aconteceram sempre que possível e na maioria das vezes com o casal. Chegamos também a realizar uma entrevista com o ex-proprietário da terra adquirida para a criação do Assentamento, no entanto, a utilização das informações nesta pesquisa não foi autorizada pelo entrevistado.

Nas entrevistas buscamos levantar os principais aspectos que indicassem permanências, rupturas e ressignificações no modo de produzir e viver dos/das agricultores/as, através da identificação das práticas e dos saberes constituídos a partir de distintos espaços-tempos. Abordamos a apropriação material do espaço e também o repertório de símbolos produzidos até aquele momento.

A construção do roteiro de entrevistas (apêndice) teve como base o esquema metodológico a seguir. Ele foi elaborado com base em dados coletados durante a primeira imersão a campo no período do mestrado e nos materiais produzidos durante o curso de homeopatia agrícola como relatos de atividades, cartazes, boletins informativos e fotografias. As entrevistas foram transcritas integralmente e os dados organizados em categorias que se relacionam no esquema.

Este esquema que guiou nossa pesquisa foi estruturado com base na proposta do rizoma elaborada pelos filósofos Guilles Deleuze e Félix Guattari estudada por Haesbaert e Bruce (2002). A construção do pensamento rizomático parte da ideia de não hierarquização entre conceitos e da inexistência de um ponto central ou de referência aos quais outros conceitos estão submetidos, podendo um ponto conectar-se a qualquer outro (HAESBAERT e BRUCE, 2002).

A perspectiva do rizoma se realiza em complementaridade ao pensamento em árvore. O pensamento arborescente vai remeter a aparelhos sociais “a centros de poder, a hierarquia, estruturas e relações binárias e biunívocas. [...] Instituições e aparelhos de poder como o Estado, a escola e a fábrica também se organizam de forma arborescente” (HAESBAERT 2004, p. 114).

Assim, a árvore atua como modelo que pode ser reproduzido, que é decalque, que é engessado, mas passível de lacunas. Por sua vez o rizoma é antes um processo que subverte o modelo, ainda que apresente hierarquias

próprias e admita saídas arbitrárias, já que estamos falando de relações de poder (HAESBAERT, 2004).

Na elaboração do esquema escolhemos como ponto de partida quatro elementos que envolvem a produção do espaço geográfico explicitadas por Milton Santos em *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Esses quatro elementos estão articulados no esquema territorial e fazem parte do movimento da realidade.

Para efeito de explicação a tabela que o segue demonstra os elementos analíticos relacionados a cada dimensão que no esquema estão agrupados nas áreas definidas pelas linhas pontilhadas. Estas assim se apresentam, pois os limites de cada elemento não são fechados, mas transformam-se em interação.

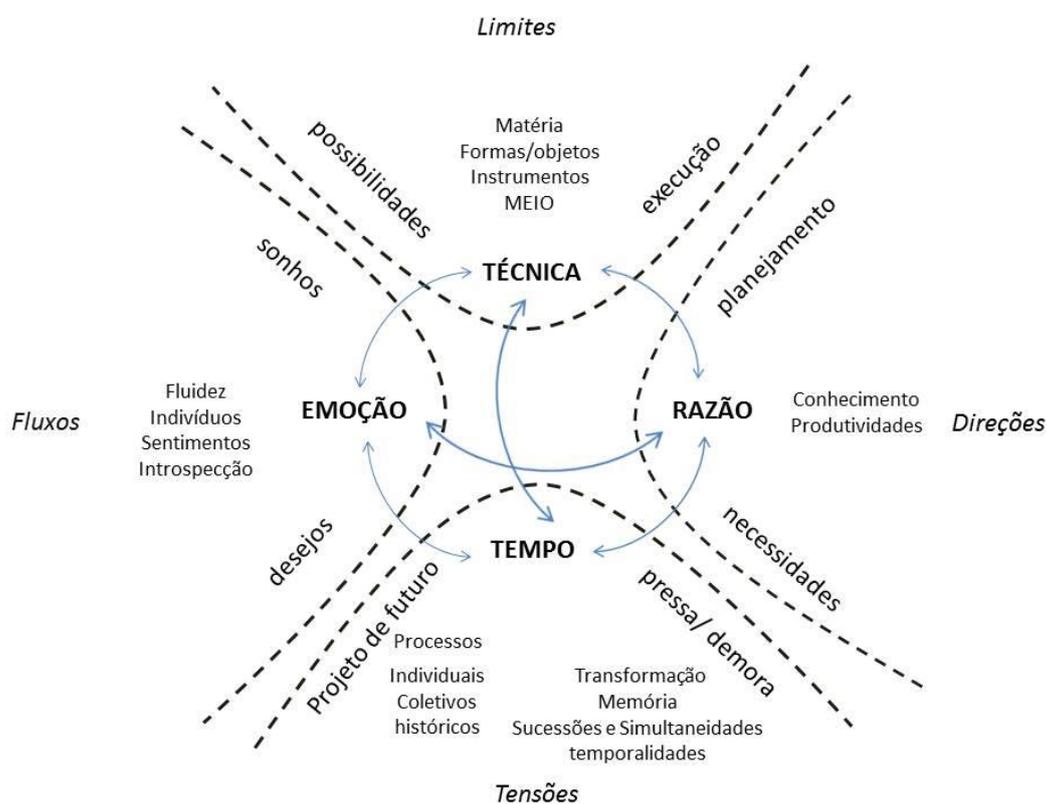


Figura 2: Esquema metodológico

Quadro 1: Dimensões, elementos analíticos e ideias afins que são articuladas no esquema metodológico.

Dimensão	Elementos analíticos	Ideias afins
Emoção	Sonhos /desejos	Subjetividade, interior. Início. Fluidez, indivíduos, sentimentos.
Tempo	Projeto de futuro /pressa e demora	Espaço-paisagem. Memória, transformação, processos. Sucessões e simultaneidades. Temporalidades.
Razão	Necessidades /planejamento	Objetividade, Produção para necessidade. Saberes e conhecimentos. Gestão dos recursos.
Técnica	Execução/ limites e possibilidades	Objetividade, Matéria, formas, objetos, meio.

A escolha das dimensões e dos elementos foi feita tendo em mente possíveis circunstâncias existentes em experiências de transição para a agroecologia.

Na agroecologia passa a ser central a noção de transição. Um dos aspectos da transição é a *ecologização da agricultura* em que o caráter ambiental também é considerado nas práticas agrárias que devem ser adequadas às especificidades, potencialidades e limitações características de cada ecossistema (CAPORAL et. al., 2011).

No entanto, a transição não se trata somente de substituição de técnicas, mas envolve variáveis econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e éticas, o que inclui a ressignificação de atitudes e valores pelos sujeitos envolvidos no manejo e na conservação dos recursos naturais (CAPORAL et. al., 2011).

Com um foco mais restrito, [a transição agroecológica] busca integrar diferentes campos do conhecimento científico no estudo dos sistemas de produção agrícola e extrativista com base em uma perspectiva de sustentabilidade e na aplicação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas em contextos socioambientais específicos. Em uma perspectiva

mais ampla, procura dar conta, com base em um enfoque sistêmico e em diferentes níveis de abrangência, dos múltiplos fatores envolvidos na transição para uma agricultura sustentável (SCHIMITT, 2009, p. 177).

Nesse sentido a transição para a agroecologia se estrutura em cenários caracterizados pela dimensão da produção agrícola, mas envolve também uma miríade de relações em diferentes escalas que podem ser analisadas a partir das dinâmicas sociais na agricultura.

Assim, para estudar esse processo desde os momentos iniciais da constituição do Assentamento Padre Jésus, foi preciso apreender como as técnicas e os tempos, as racionalidades produtiva e ambiental bem como as relações de proximidade se constituem e se integram na construção de uma interpretação possível sobre uma transformação social em curso.

Assim, entendendo que a preservação da diversidade agrícola, mas também da diversidade tomada em seu sentido mais amplo se constitui como ponto chave para a estruturação das práticas agroecológicas, buscamos ampliar o conhecimento científico de uma transformação do campo a partir de sua resignificação pelos atores sociais.

1.3. O contexto da pesquisa, a região da Zona da Mata mineira.

Ao Bioma Mata Atlântica⁴ no estado de Minas Gerais corresponde uma divisão sub-regional de Zona da Mata. A Zona da Mata mineira situa-se na parte sudeste do estado de Minas Gerais e faz fronteira, ao norte com as mesorregiões Metalúrgica e Rio Doce, a leste com os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, a oeste com as mesorregiões Sul de Minas, Campos das Vertentes e Zona Metalúrgica. É banhada por duas bacias hidrográficas: do rio

⁴ Os cerca de um milhão de quilômetros quadrados do complexo de florestas que compunha o Bioma Mata Atlântica que encobria a costa leste do Brasil, existe hoje apenas cinco por cento. Junto da floresta Amazônica formam o maior complexo de florestas tropicais do mundo (DEAN, 1996).

Paraíba do Sul e do rio Doce e compreende uma área de 35.748,70 km², correspondendo a 6,09% da área de Minas Gerais.

O estado de Minas Gerais possui sub-regiões bastante diferenciadas e esta heterogeneidade também se confere nos limites da Zona da Mata mineira. Essa mesorregião geográfica é formada por 142 municípios (dos quais 128 possuem menos de 20.000 habitantes) subdivididos em sete unidades territoriais definidas a partir de critérios econômicos e produtivos, são elas: Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa (NETO e DINIZ, 2006).

Habitada inicialmente pelas tribos indígenas Cataguás e Puris a colonização da Zona da Mata é antiga. A mata foi escolhida para a prática da atividade agrícola pelos colonizadores com a finalidade de constituição de lavouras de mantimentos para alimentar o grande contingente populacional que se deslocou para o interior do país durante o Ciclo do ouro. Naquelas regiões a escassez de alimento se apresentava como uma adversidade. Até o final do século dezoito, quando da crise desse ciclo, a população que habitava as áreas mineradoras passou também a desmatar partes intocadas de floresta, áreas doadas como sesmarias⁵ para constituição de lavouras (DEAN, 1996).

A região foi alcançada pela expansão da cafeicultura que já tinha sido implantada no Vale do Rio Paraíba no Rio de Janeiro e em São Paulo no início do século dezenove. As condições físicas do relevo acidentado e temperaturas amenas em altitudes mais elevadas, solos profundos e lixiviados das encostas íngremes dos “mares de morro” da paisagem foram propícios para a adaptação do café. As primeiras lavouras foram formadas à custa da derrubada da mata e da dizimação e subjugamento das tribos indígenas que a habitavam. Embora numerosas, as lavouras ocupavam áreas não muito extensas e junto

⁵ A doação de sesmarias era um método de distribuição de terras adotado pela Coroa Portuguesa para fixação de colonizadores no território. Atendia aos mais abastados, favoritos na ação de proteger as fronteiras e pretendendo a produção de bens para exportação. Assim, a doação das terras era realizada a homens poderosos e de prestígio ou aos considerados rebeldes e desocupados que, por não se fixarem, atrapalhavam o bom andamento da colonização (DEAN, 1996).

com o café novo eram plantados gêneros alimentícios como o feijão e o milho (DEAN, 1996; VALVERDE, 1958).



Figura 3: Mar de morros, relevo característico da Zona da Mata mineira.

O café transformou-se na principal atividade de todo o país no Período Colonial e até meados do século vinte permaneceu como principal atividade econômica em Minas⁶ (NETO e DINIZ, 2006). Se fosse cultivado em propriedades familiares e com incentivos salariais sua qualidade e produtividade poderiam ter sido maiores. No entanto, no Brasil o café foi cultivado com trabalho escravo em grandes fazendas doadas em sesmarias e comercializado para o exterior (DEAN, 1996).

Até a década de 1930 a agricultura na Zona da Mata vinha polarizando os investimentos produtivos. O transporte da produção era feito pela ferrovia Leopoldina Railway implantada no estado no final do século dezenove, que atendia localidades sempre onde já existia o desenvolvimento de alguma atividade econômica (ABREU, 1996).

A implantação da ferrovia veio acompanhada de aumento na produção, que, na primeira década do século vinte, representava mais de 80% do total do estado. A prosperidade nas lavouras refletia em investimentos em infraestrutura

⁶ Segundo Valverde (1958) municípios que se destacaram pela produção de café na pertenciam unidades territoriais de Muriaé e Carangola. Nesta última está situado o município de Espera Feliz.

nas cidades, criação de bancos e indústrias alimentícia e têxtil de pequeno e médio porte e também no crescimento demográfico regional (LIMA citado NETO e DINIZ, 2006).

A Zona da Mata conheceu assim, um período de prosperidade econômica entre o final do século dezoito até as duas primeiras décadas do século vinte. Nesse período, a primeira crise do café e as atenções voltadas para então nascente industrialização do país, fez com que os investimentos de capital fossem deslocados para outras regiões do estado, e da agricultura para a extração mineral e para a indústria siderúrgica. Iniciou-se então um processo de decadência econômica que se estendeu pelas próximas décadas (NETO e DINIZ, 2006).

A paisagem rural da Zona da Mata no limiar da década de 1960 apresentava uma agricultura decadente com solos degradados pela intensa exploração num cenário de extrema pobreza da população rural (VALVERDE, 1958).

Nesse período, ocorreu a segunda crise do café que afetou fortemente a região, levando à elaboração de programas governamentais específicos de desenvolvimento rural⁷. Esses programas tinham uma proposta de combate à pobreza rural e recuperação da produção agropecuária com foco na modernização da agricultura, mas apresentaram resultados pouco eficientes (CINTRÃO, 1996; NETO e DINIZ, 2006).

Esse processo de ocupação com exploração intensa dos solos e difusão de pacotes técnicos tornou os sistemas produtivos na Zona da Mata mineira econômica e ambientalmente mais vulneráveis (CARDOSO e FERRARI, 2006).

⁷ Dentre eles o de erradicação e renovação das lavouras entre 1962 e 1967 (CAMPOS citado por SILVA, 2010). Outros programas foram o PRODEMATA - Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata e o PROVÁRZEA, financiados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

Ao longo desse processo também ocorreram transformações na dinâmica de organização do espaço agrário regional. As grandes propriedades rurais, que tiveram origem nas concessões de sesmarias e nas posses, passaram por um processo de fragmentação por herança que foi ainda mais acentuado através do tempo com a venda dessas partes pelos herdeiros. Esse fato intensificou a formação de pequenas propriedades que caracteriza a atual estrutura fundiária da Zona da Mata mineira (CINTRÃO, 1996), onde noventa e três por cento das propriedades possuem menos de 100 hectares (IBGE, 2006).

A respeito das relações de trabalho, sabe-se que no Brasil o banimento do trabalho escravo foi legitimado através da Lei Áurea, mas não ofereceu suporte à população alforriada. As novas relações de trabalho que se constituíam se desdobravam para que se mantivesse a situação de subserviência entre patrões e trabalhadores rurais.

Um tipo de relação que se constituiu a partir do fim da escravidão é a meação. Esta é uma típica relação na propriedade cafeeira que se mantém até os dias atuais sustentadas em "acordos" entre trabalhadores rurais e fazendeiros proprietários de terras tendo como base a exploração intensa da força de trabalho. Muitas vezes era exercido o trabalho gratuito (escravo?) pela família do meeiro, geralmente o único remunerado com baixíssimos salários pelos serviços e a quem eram transferidos os prejuízos com a produção, o que raramente possibilitava adquirir sua terra. A contrapartida dada ao meeiro era uma parcela para o cultivo de alimentos que garantia a sua subsistência e da família (NEVES, 2008).

"Desde pequenininha, na lavoura de café, desde pequena. Todo mundo lá trabalhava. [...] Naquele tempo foi assim, no tempo assim, que a gente fala... que era assim, a gente vai falar, escraviza... era meio escravizado, né? Meio escravizado... [...] Assim que foi nossa vida" (Dona Ana).

"Não tinha dinheiro pra se virar, né? Aí o patrão, muito bonzinho, todo dia quinze... Lembro como se fosse hoje.

Todo dia quinze os meeiros se dirigiam até a fazenda, ficava aquela reunião lá em volta. Ele atendia um por um dentro do escritório dele: - Quanto que você precisa? Aí arrumava emprestado. Colocava, eu nem lembro o quê de juro. Aí anotava lá. (pausa) Aí até esse café sair, terminar a colheita, aí o dia de acertar. (pausa) Ia lá e o patrão dava conta: Olha você já pegou tanto durante o ano, então para você sobrou... Outra hora pra você não sobrou nada, você ficou é devendo” (Ednéia).

Assim, por muito tempo, na Zona da Mata Mineira as oligarquias rurais se reproduziram no poder pela condição de proprietários de terra. Esse cenário começa a se transformar no final da década de 1970. Em vários municípios da região, trabalhadores e trabalhadoras rurais vão conhecer a organização política em sindicatos com a investida das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), um ramo da Igreja Católica vinculada à Teologia da Libertação.

Os espaços organizados pelas CEBs em comunidades rurais de todo país levavam a informação da Igreja não apenas como lugar de fé e religião, mas como espaço de reflexão crítica sobre a realidade da população rural e suas utopias (SOARES DO BEM, 2006). Assim, a organização política despertou o interesse de muitos trabalhadores rurais insatisfeitos com a exploração pelos patrões no trabalho.

Entre os enfrentamentos pelos quais passavam as organizações se fortaleceram em articulação com ONGs que hoje compõem o movimento agroecológico e que conseguiram entrada para realização dos trabalhos de extensão rural com os agricultores familiares através do movimento iniciado pelas CEBs (CINTRÃO, 1996).

Nesse contexto, passa a atuar na região o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), ONG de cunho ambientalista, vinculada ao movimento agroecológico, inicialmente como agricultura alternativa. O CTA busca exercer um papel técnico, político e articulador, apoiando experiências

concretas em agroecologia, inseridas em processos de desenvolvimento local e articuladas a estratégias que visam à irradiação os seus efeitos.

Buscando uma solução para os problemas relacionados à agricultura, a articulação para a agroecologia como principal enfoque para o desenvolvimento rural passa a ser tecida nesse período na região e vai ganhando complexidade na medida em que se avolumam e se aprofundam os trabalhos com os sindicatos.

A fundação dos sindicatos na Zona da Mata foi assessorada pela Central Única de Trabalhadores (CUT) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o número de 15 sindicatos de trabalhadores rurais que chegaram a compor o Polo Sindical da Zona da Mata de Minas Gerais⁸ da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais). Na década de 1990 essa articulação se desdobrou para a formação da Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, constituída por representantes dos STRs, associações de agricultores municipais e ou comunitárias e o Polo Regional da FETAEMG (CINTRÃO, 1996).

Num processo de amadurecimento dessas organizações, já nos anos 2000, ocorreram divergências no movimento sindical dos trabalhadores rurais da Zona da Mata, o que ocasionou um longo processo de discussão nos sindicatos. Além disso, foi identificada uma série de irregularidades na sua gestão. Diante desse fato foi realizada uma assembleia geral que resultou na reestruturação da Associação Regional em que alguns sindicatos e o Polo Regional da FETAEMG se afastaram da Associação. Os STRs que permaneceram na Associação Regional se desligaram da FETAEMG e formou-se uma Nova Articulação Sindical, buscando uma renovação nessas organizações. Com isso o enfoque do trabalho passou ao fortalecimento das organizações locais por meio da articulação, formação e assessoria aos STRs e associações municipais nas

⁸ O Polo Sindical era composto pelos municípios de Muriaé, Tombos, Visconde do Rio Branco, Miradouro, Vieiras, Eugenópolis, Carangola, Divino, Espera Feliz, Guidoval, Araçuaia, Paula Cândido, Manhumirim, Rodeiro e Ervália.

áreas de sindicalismo, associativismo, gênero e geração (FLORISBELO et al, 2007).

A participação ativa em negociações e articulação locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais demonstra o caráter resistente e visionário, desse povo, que vem sendo desprezado ao longo da história no Brasil. Podemos destacar algumas dessas articulações: cooperativas de crédito e de produção, federações de trabalhadores rurais e da agricultura familiar; articulações agroecológicas, a expansão do sistema de ensino Escolas Família Agrícolas (EFAs) na região, enfim, iniciativas que exigem trabalho tanto na base social quanto nas instâncias das políticas públicas. Guardando as particularidades dos processos internos das organizações de cada município, a organização dos trabalhadores rurais do município de Espera Feliz situa-se nesse contexto.

O município de Espera Feliz localiza-se no norte da mesorregião Zona da Mata mineira. A origem do nome é popularmente atribuída aos primeiros povoadores da localidade que enunciavam que ali a espera pela caça era feliz. Espera Feliz possui uma área de 317, 638 km² e uma população total de aproximadamente 22.856 habitantes, sendo que 8.682 encontram-se na zona rural, ou seja, quarenta por cento do total. A atividade agropecuária é uma das principais atividades econômicas do município, assim como em grande parte dos pequenos municípios da Zona da Mata mineira (IBGE, 2006).

Em Espera Feliz, a organização sindical não era vista com bons olhos pelos fazendeiros, que coíbiam a participação dos agricultores. Isto porque o surgimento do sindicato desafiava a estrutura de poder vigente. Ao questionar as relações de poder e dominação existentes as lideranças políticas assim como aqueles que se associavam ao sindicato eram perseguidas de diversas formas.

Aqueles que se associavam ao sindicato tinham os contratos de arrendamento desfeitos pelos proprietários das terras; os agricultores não sindicalizados, aliados dos fazendeiros, espalhavam rumores de que o sindicato traria miséria para Espera Feliz. A perseguição se estendia aos espaços de sociabilidade das

lideranças: desde uma partida de futebol até as relações de namoro nas comunidades eram afetadas pelo fato de ser parte do STR (SILVA, 2010, p. 41).

Entre as tensões produzidas localmente o sindicato avançou na defesa dos direitos trabalhadores rurais e na articulação para a construção da agroecologia. O trabalho da organização é valorizado e reconhecido por esses trabalhadores.

“Esse sindicatozinho de Espera Feliz, nosso, é um sindicato que mostra serviço [...] Esses meninos são guerreiro pra danar, que eles não cruzaram os braços hora nenhuma pra ajudar a gente. Porque tem lugar que o papel chega e fica só na gaveta né. Eles não, eles mostram serviço” . (Luís Fernando)

Entre o universo de atividades correspondentes ao sindicato de trabalhadores rurais, recentemente tem ganhado destaque, o acesso a terra pela Política Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que consiste em uma política pública de apoio à reforma agrária⁹, que tem como prioridade democratizar o acesso a terra, criar mais emprego no campo evitar o êxodo rural, aumentar a diversificação da produção agrícola e *reduzir* o latifúndio e a pobreza rural.

O PNCF está em funcionamento desde 2003 e faz parte da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo gerido e coordenado por um departamento específico, o Departamento de Crédito Fundiário. Composto por um conjunto de ações que promovem o acesso a terra e a recursos para realizar investimentos básicos destinados à estruturação produtiva, o PNCF possibilita que trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra e com mais de cinco anos de experiência rural comprovada nos últimos quinze anos possam comprar um terreno através de financiamento a

⁹ Muitos apontam o PNCF como reforma agrária de mercado por ser uma política do Banco Mundial, que não resolve o problema estrutural da distribuição de terras no Brasil, argumentos que de fato procedem. No entanto, após se posicionarem contrariamente, o próprio MST reconhece hoje, que para regiões aonde não há possibilidade de reforma agrária por meio de ocupações, como o nosso caso, o Programa tem sido importante instrumento de mudança da realidade dos trabalhadores rurais sem terra.

juros baixos (0,5% a 1% ao ano). O financiamento pode ser quitado em até vinte anos, com três anos de carência após a entrada na terra pelo comprador. O limite de crédito varia entre de R\$50 mil até R\$ 80 mil.

O Programa possui três linhas de financiamento, são elas: *Consolidação da agricultura familiar*, que atende agricultores com mais de 29 anos que geralmente já estão na terra e querem aumentar sua área e *Nossa primeira terra*, voltada para a juventude rural de até 29 anos. Em ambas as linhas os possíveis compradores devem possuir renda de até quinze mil reais e patrimônio de até trinta mil reais, mas as taxas de juros são diferenciadas, sendo 2% e 1% ao ano, respectivamente.

A linha *Combate a pobreza rural* atende as famílias rurais com renda de até nove mil reais e patrimônio de até quinze mil reais. Essa linha permite a aquisição de terrenos de forma individual ou coletiva, ou seja, permite acesso aos recursos por grupos que para isso devem constituir uma associação. Nesse caso, existem algumas vantagens com relação às outras categorias, como o crédito de até R\$ 80 mil para a compra do terreno e investimento em infraestrutura coletiva, taxa de juros menor, de 0,5% ao ano (também para compra individual), bônus de até 40% para quem efetuar os pagamentos em dia e bônus de 10% para terra negociada abaixo do preço de mercado.

A execução do processo é conferida aos estados da federação por meio das Unidades Técnicas Estaduais. Em Minas Gerais a regularização fundiária passa pela UTE, que é o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER-MG). No processo, os agricultores são responsáveis pela escolha da terra a ser adquirida, pela negociação do preço e elaboração da proposta de financiamento com auxílio da rede de assistência técnica e extensão rural cadastrada ou sindicato de trabalhadores rurais do município.

O PNCF tem sido acessado pelas famílias agricultoras de Espera Feliz através do sindicato de trabalhadores rurais. O município não foge à regra da maioria dos outros da Zona da Mata mineira, em que há a predominância de

pequenas propriedades agropecuárias. Com a incidência do Programa Nacional do Crédito Fundiário essa característica tende a se acentuar ainda mais.

Segundo Juseleno, coordenador do setor e agricultura familiar e meio ambiente do STR de Espera Feliz, o crédito fundiário tem sido favorável para o fortalecimento da agricultura familiar no município. Os proprietários tem interesse em vender suas terras por conta de uma conjuntura regional em que há escassez de mão-de-obra e elevados custos da produção - o preço pago pela diária de um trabalhador rural na região varia entre 40 e 50 reais. Além disso, por causa de endividamento dos proprietários. Segundo ele, com isso, os agricultores passaram a determinar o seu valor e não os patrões.

Dentre as experiências locais de acesso ao crédito fundiário, destaca-se a constituição do Assentamento Padre Jésus, que aprofundaremos no desenvolvimento da pesquisa.

2. AGRICULTURA E TERRITÓRIO

Quando propomos estudar processo de produção do território do Assentamento Padre Jésus deve ficar claro que admitimos o meio rural, não somente como uma área explorada economicamente ou um vazio demográfico. Mas como um espaço aonde habitam pessoas, um lugar de produção da vida e reprodução social marcado, entre outras características, por diferentes formas de conflitividade e também por laços de proximidade, em acordo com Wanderley (2009).

Antes de entrarmos nas especificidades da experiência em questão realizamos algumas considerações a respeito do conceito de território e seus desdobramentos, que nos auxilia também na compreensão do processo de constituição e emergência da agricultura camponesa no Brasil.

Segundo Haesbaert (2002) na definição do conceito território têm sido priorizadas duas dimensões de análise: uma menos usada na Geografia que é a dimensão natural e biológica - território dos animais, por exemplo; e outra, mais empregada que faz referência às relações de poder, ao caráter político e ao Estado-nação.

Desse modo, o território pode ser compreendido a partir das relações sociais ou culturais, que envolvem também relações de poder. As relações de poder podem ser caracterizadas pela dominação, quando relacionado ao poder político ou à apropriação do espaço, num sentido mais simbólico. Considerando isso, a produção dos territórios vai se realizar numa perspectiva múltipla e complexa, funcional e simbólica, na relação existente entre processos sociais e espaço material (HAESBAERT, 2002).

Nesse sentido o território assume uma perspectiva relacional, em que é produto das relações sociais. O território é compreendido assim através das relações que se processam no espaço e que o conformam a partir das identidades existentes, constituindo diferentes *territorialidades*.

A sociedade, ao se territorializar, numa estratégia de manter o contexto no qual vive e os seus significados, organiza-se de modo a imprimir formas no espaço para realizar funções relacionadas à sua reprodução social, numa estrutura de organização que envolve poder e identidade. Nesse processo o território se caracteriza pela forma de apropriação ou pela territorialidade impressa no espaço (HAESBAERT, 2002).

Desse modo, o território pode ser considerado um substrato, um recurso ou meio material para a existência de um grupo, em uma análise que parte da relação entre território e natureza. Em uma perspectiva que destaca a relação entre espaço e cultura, o território é construtor de identidades, formado por valores não somente materiais, mas também espirituais e simbólicos.

Em síntese, para compreender o processo de produção e representação territorial é necessário considerar a existência de um *ator*, individual ou coletivo, que combina diversos meios para realizar sua ação no ambiente. Sempre munido de um *programa* ou de *intenções* esse ator realiza *trabalho* através de mediadores materiais (instrumentos) e imateriais (conhecimentos) à disposição em certo lugar e em certo momento, combinando energia e informação. Assim na relação com o ambiente, territórios e territorialidades são produzidos, bem como representados na forma de imagens ou paisagens¹⁰ (RAFESTTIN, 2009).

Nesse sentido, a produção dos territórios vai se estruturar com base nas relações estabelecidas entre agentes sociais¹¹. Na experiência que escolhemos estudar podemos destacar três: os autores sociais, os atores sociais e os agentes governamentais (BARBOSA, 2005).

¹⁰ Para Rafesttin (2009) a paisagem “é o resultado de um processo de produção mental que tem origem na observação humana mediatizada por diferentes linguagens” [...]. A paisagem é “uma imagem do território e é sempre um documento histórico” . As paisagens seriam “imagens geradas para descobrir o território material, de maneira descontínua [...]: não é somente um instrumento para conhecer a realidade, mas um excelente meio para conhecer o modo de ver-observar a realidade e de usá-la” (RAFESTTIN, 2009, p. 17).

¹¹ Estas denominações: autores sociais, atores sociais e agentes governamentais foram retiradas do trabalho de Barbosa (2005) e representam um esforço de identificação e delimitação do *ator individual ou coletivo* trabalhado por Rafesttin em nossa análise.

A sociedade civil¹² é representada pelos *atores sociais* oriundos da realidade estudada, ou seja, as famílias distintas compostas por agricultores e agricultoras, que se unem pelo fato de nunca terem tido uma terra e pela sua organização política. E pelos *atores sociais* das organizações não governamentais, legitimadas pela mediação entre a base e o Estado e pelas articulações para a agroecologia.

Os *agentes governamentais* vão se caracterizar pelo controle e regulação dos outros agentes da relação através das normas e das leis. Estes tendem atuar verticalmente promovendo a uniformização e a rigidez dos territórios. As normas, em última análise, determinam os comportamentos (SANTOS, 1997).

As relações explicitadas entre essas diferentes identidades/entidades podem ser apreendidas através da coexistência de duas lógicas distintas: a lógica territorial zonal e a lógica territorial reticular (HAESBAERT, 2002; 2004). De maneira simplificada podemos apreender a sua diferença.

A *lógica zonal* está associada à continuidade e aos limites políticos dos territórios, como, por exemplo, o controle de áreas exercido pela existência de uma nação ou de um município; esta lógica é definida politicamente. A *lógica reticular* está associada à mobilidade e se produz no controle de fluxos e de conexões entre as zonas, numa conformação territorial descontínua. Assim, pode-se afirmar que as redes são parte dos territórios que não se ligam a eles de maneira contínua (HAESBAERT, 2004).

Dentro dessa complexa relação entre redes e áreas ou zonas como os dois elementos fundamentais constituintes do território [...] devemos destacar a enorme variedade de tipos e níveis de controle territorial. Se o território é moldado sempre dentro de relações de poder, em sentido lato, ele envolve sempre, também, no dizer de Robert Sack, o controle de uma área. Este controle, contudo, dependendo do tipo (mais

¹²A esfera da sociedade civil, além da heterogeneidade das forças e segmentos sociais que a compõem, representa, neste contexto a "esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se o de gratuidade/altruísmo". A sociedade civil se distingue do Estado e do mercado que são esferas da sociedade "orientados, também preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia". Mesmo no âmbito da sociedade civil deve-se considerar a presença de disputas de poder e hierarquias. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110).

funcional ou mais simbólico, por exemplo) e dos sujeitos que o promovem (a grande empresa, o Estado, os grupos locais, etc.), adquire níveis de intensidade os mais diversos (HAESBAERT, 2004, p. 7).

Assim, Haesbaert (2004) afirma que diante da complexidade das relações sociais e territoriais atuais é preciso assumir a existência tanto de *múltiplos territórios* (quantitativo), quanto de *territórios plurais* (qualitativo). Para este autor fica claro que o processo de territorialização no nível individual ou em grupo implica uma interação territorial, ou seja, um inter cruzamento entre diferentes territórios, o que justifica considerar a multiterritorialidade.

Multiterritorialidade inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios (HAESBAERT, 2004, p. 14).

Assim, a produção dos territórios vai envolver dinâmicas que se processam a partir de espaços e escalas diversas do local ao global, que vão influenciar mais ou menos na sua constituição. A combinação desses tempos-espaços e escalas é que vai estruturar os lugares caracterizando-os na sua singularidade. A dinâmica dos lugares não vai ser influenciada somente pela lógica espacial zonal contínua em que as identidades são fixas e as fronteiras e os limites estáveis. As redes e os fluxos serão fundamentais na sua constituição (HAESBAERT, 2004).

As redes apresentam, assim, um caráter, ao mesmo tempo global e local, uno e múltiplo, estável e dinâmico. Quando nos referimos às redes, podemos pensar na sua composição a partir das relações entre as pessoas nos lugares como também nas “normas e ordens que atores longínquos fazem repercutir instantaneamente e imperativamente sobre outros lugares distantes”

(SANTOS, 1997, p. 212.), quando se inauguram relações entre os contextos globais e os lugares.

Entendendo ser impossível separar os sujeitos de seus contextos históricos e espaciais e diante das dinâmicas de mudança que os envolvem faz-se necessário compreender, para efeito deste estudo, como veio se reproduzindo a agricultura camponesa dentro dos processos gerais que envolvem a formação territorial do Brasil e o desenvolvimento da agricultura brasileira.

No Brasil, estruturou-se um setor agrícola com dois patamares: a grande lavoura de enorme prestígio aos cultivadores de safras de exportação e a pequena lavoura, para o cultivo de alimentos para o consumo interno, que era visto como uma humilhação - ainda que necessário (DEAN, 1996).

Assim, o latifúndio combinando a monocultura para exportação de espécies exóticas com o trabalho escravo; o cenário colonial perpetuado mesmo após a independência e a enorme extensão de terras passíveis de ocupação e posse são elementos que corroboraram para que o desenvolvimento desse segmento no Brasil se realizasse em condições estruturais de precariedade e instabilidade (WANDERLEY, 2009).

Na Colônia praticava-se uma agricultura para a produção de alimentos vinculada diretamente à estrutura da grande propriedade rural ou mantendo relações com ela. Essa agricultura era realizada pelos escravos quando não se dedicavam à lavoura principal em uma porção de terra que não estivesse sendo utilizada para a plantação, por isso cedida pelo senhor; e também era praticada por colonos, índios e negros nos quilombos, que ocupavam áreas de fronteiras, construindo ainda cedo a categoria de posseiros¹³ (LINHARES E SILVA, 2008; ERTHAL, 2000).

¹³ De acordo com o INCRA, posseiro é agricultor ou agricultora que tem a posse da terra, trabalha nela e dela retira seu sustento há mais de dez anos, mas não possui o documento legal de propriedade da terra.

Um marco importante no processo de constituição do campesinato brasileiro foi a Lei de Terras de 1850 que estabeleceu que o critério de posse de terras no país - legitimada até então pela doação de sesmarias aos considerados mais nobres - fosse transformado em propriedade privada. Num contexto em que os camponeses ocupavam somente áreas marginais e sobrantes do território, a transformação da terra em mercadoria possibilitou que saíssem de uma situação de precariedade total criando-se um critério de inclusão social, mediado pela propriedade privada da terra (PAULINO, 2003).

Desse modo, a Lei de Terras não transformou muito as possibilidades de reprodução dos camponeses, pois garantiu que aqueles que obtiveram suas terras por doação acumulassem capital com a venda dos imóveis, ao passo que se tornaria legal, porém difícil, a aquisição de terras pelos camponeses, menos capitalizados.

É então na mistura, de índios que assistiram o banimento de suas formas de organização comunal, negros escravizados e extirpados de suas raízes unidos a uma parcela de europeus excluídos do “pacto de acumulação” de terras instaurado no Brasil que vai derivar o campesinato brasileiro, fundando sua identidade em torno da luta pela libertação da sua subordinação determinada pelo controle privilegiado da terra (PAULINO, 2003, p. 26).

A exclusão desse povo se evidencia e toma outros moldes em meados do século vinte. Sob o pretexto de resolver o problema da fome no mundo e na tentativa de alcançar maior eficiência e racionalidade nos processos produtivos, ecossistemas complexos e diversificados foram substituídos por sistemas produtivos simplificados, altamente mecanizados e baseados no uso intensivo dos pacotes tecnológicos de insumos químicos e genéticos. Com essa mudança na base técnica, conhecida como revolução verde, a agricultura passou a depender cada vez menos dos recursos naturais e humanos e muito mais dos meios de produção gerados por um setor especializado da indústria (EHLERS, 2009).

No Brasil, a adoção desse novo modelo de agricultura resultou na conformação de uma nova categoria de agregação que incorporou os interesses da agricultura, dos setores industriais produtores de insumos e equipamentos e da indústria processadora de produtos.

A partir de um padrão de acumulação devido à industrialização, à urbanização acelerada e à necessidade de elevação das exportações primárias e agroindustriais, este processo é marcado pela ampliação da fronteira agrícola através do desmatamento, pelo uso de insumos industriais no campo e altos investimentos de capital.

O espaço agrário brasileiro tornou-se consumidor de máquinas e insumos agrícolas por força da expansão das indústrias do ramo e da consequente ampliação desses mercados. Graças a investimentos também no campo científico e tecnológico, em algumas décadas o Brasil alcançou índices elevados de produtividade agrícola, tornando-se grande exportador de grãos e ganhando assim, visibilidade no mercado internacional.

Essa conformação do modelo de organização agrícola teve forte aparato do Estado nas áreas de financiamento e de políticas de crédito que priorizou a agricultura patronal e o latifúndio consideradas as únicas formas apropriadas para o desenvolvimento desse padrão de agricultura.

A agricultura camponesa produtora de alimentos se viu mais uma vez excluída de incentivos e acesso a crédito, pois a pequena propriedade rural foi vista como um empecilho a ser eliminado para que se desse o desenvolvimento rural no país.

Assim, a precariedade histórica de acesso à terra somada à exclusão na modernização da agricultura configura um processo de violenta desterritorialização da agricultura camponesa que acompanhamos até os dias atuais. A desterritorialização pode ser entendida como desenraizamento e a perda de referenciais relacionados ao espaço. Junto da desterritorialização temos sempre um processo de volta, de re-territorialização (HAESBAERT, 2004).

Assim, ao perder a base de sua existência, a terra e por ausência de condição de produzir nesse novo modelo, esses habitantes das zonas rurais viram-se obrigados a modificar sua forma de se reproduzir socialmente; territorializando-se, na maioria das vezes de modo precário nas áreas rurais ou nas periferias das cidades.

A partir do final dos anos 1950 assistiu-se no Brasil à expulsão em massa dos colonos e moradores, o êxodo em grandes proporções da população rural, tanto para as cidades como para outras áreas rurais, particularmente as áreas de fronteira e o frequente recurso à migração sazonal, de caráter inter-regional. Esta vivência de errância fez do campesinato pobre brasileiro a primeira vítima da modernização (WANDERLEY, 2009, p. 61).

Nesse contexto, Wanderley (2009) chama a atenção para a atualidade da questão fundiária. Para a autora as contradições historicamente geradas pela propriedade da terra no Brasil afetam o processo de modernização da agricultura não somente por produzir efeitos sociais negativos, mas também por inibi-lo no desenvolvimento de suas potencialidades.

Muito já se falou a respeito do caráter conservador da modernização agrícola no Brasil. No entanto a modernização adotada é "dolorosa", antes de tudo, porque, paradoxalmente reproduz o "atraso". Ora, o "atrasado" que permanece dentro do "moderno" e que o redefine, pode ser identificado pelo fato de que a modernização foi feita sob o comando da terra, isto é foi feita pelos e para os proprietários fundiários, gerando uma tensão entre a propriedade e a produção que afeta profundamente a própria modernização (WANDERLEY, 2009, p. 46).

Essa violência contra os modos de vida rurais fez emergir movimentos que se colocam na contramão desse processo, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MAPA) no Brasil. Esses movimentos reivindicam a re-territorialização camponesa a partir de sua

dimensão material, a terra, para que consigam reproduzir a partir da fixação naquele território, suas bases culturais. Portanto, é entorno da luta pela terra que se reafirma a identidade do campesinato brasileiro (FERNANDES e LEAL, 2002).

Esses movimentos sociais emergiram no início da década de 1980 com a abertura política e a redemocratização do país, em que houve a construção de uma nova racionalidade e uma nova postura da sociedade civil no que tange ao direito à participação com o início de uma tomada de consciência, organização e participação popular. Os movimentos sociais envolviam temas como a questão dos negros, das mulheres, de indígenas, crianças e meio ambiente, um conjunto de forças sociais que, represadas pela ditadura, passaram a se manifestar (GOHN, 2001).

Dentre eles, surge o movimento agroecológico, inicialmente como agricultura alternativa. O movimento da agricultura alternativa surge na crítica dos impactos ambientais causados pela agricultura moderna e posteriormente incorpora a questão social, ou seja, a preocupação com os impactos dessa agricultura para a população rural.

Nesse contexto abre-se a discussão sobre a importância da agricultura camponesa instigada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda e desenvolvimento local (GUANZIROLI & CARDIN citado por FERRARI, 2010). Além disso, as pressões exercidas desde os anos 1980 pelo movimento sindical rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), que defendiam os direitos dos agricultores que estavam com sérias dificuldades de se manter no campo, criaram um quadro necessário para mobilizar o poder público em torno da agricultura camponesa.

Nesse contexto, o Governo Federal, criou na década de 1990 o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O Pronaf surgiu

assim, com o propósito de fornecer crédito agrícola e apoio institucional a esses agricultores. Ao longo dos anos de desenvolvimento do programa efetivou-se uma maior abrangência no território nacional, ampliou-se a soma dos financiamentos, desenvolveram-se programas específicos para as diversas categorias e reforçou-se a infraestrutura de agricultores e dos municípios (SCHNEIDER et al., 2004).

O Pronaf se mostra como uma inédita preocupação do Estado em acatar a agricultura camponesa na dinâmica da agricultura no país (SACHS, 2003), se configurando também como uma política de reconhecimento,

O termo “agricultura familiar” é cunhado nesse cenário. De acordo com o artigo terceiro da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais a agricultura familiar deve atender simultaneamente os requisitos listados abaixo.

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A referida lei também enquadra como beneficiários das políticas aqueles que, além de atenderem os requisitos acima, sejam silvicultores que atuem no cultivo de florestas nativas ou exóticas, aquicultores, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e pertencentes a comunidades tradicionais. Nesse sentido, a categoria agricultura familiar delimita um amplo universo de sujeitos em torno do acesso às políticas públicas. Pela lei, a definição de agricultura familiar se torna bastante abrangente, podendo assumir até mesmo características próximas do empreendedorismo.

Nesse sentido, é necessário observar que, apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos, desde a sua criação, observa-se que as políticas e linhas de crédito tendem a favorecer unidades produtivas familiares que se encontram mais integradas às tecnologias e aos mercados convencionais em detrimento de unidades que combinam a produção para o mercado e para o consumo da família (ALMEIDA citado por FERRARI, 2010).

Assim o modelo agricultura familiar criado pelo Governo Federal tem como referência a integração com o mercado e a implantação de linhas de crédito visando a capitalização, com supressão das linhas crédito criadas com a participação dos trabalhadores (FERNANDES e LEAL 2002).

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária [FERNANDES, 2000, p. 279-280]. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito (FERNANDES e LEAL, 2002, p. 7).

Assim, o que podemos perceber é que a racionalidade que guia as políticas atuais do Pronaf tem direcionado a agricultura camponesa para a inclusão na dinâmica de uma agricultura modernizada e cada vez mais tecnificada. Diante disso, é importante destacar que não estamos diante de uma oportunidade de mudança radical no modelo de desenvolvimento baseado na matriz tecnológica e política da "Revolução Verde" .

Ao mesmo tempo, há uma convergência de opiniões entre a sociedade civil organizada de que é necessário buscar avanços, mesmo que pequenos e parciais, através das políticas do Estado, no fortalecimento de programas, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que atingiram escala e demonstraram resultados positivos.

Contudo, o Estado brasileiro tende a continuar a privilegiar a vertente da modernização para o meio rural. Desse modo, o mesmo governo que propõe o Pronaf permite a ampliação do consumo de agrotóxicos e a violação dos direitos territoriais; libera os transgênicos e paralisa a Reforma Agrária Popular. Assim, esta é uma leitura ideológica associada aos interesses econômicos do agronegócio e não ao questionamento desse modelo produtivo.

Assim, ao mesmo tempo em que o governo reafirma a necessidade de produzir mais alimentos, existe preconceito com relação ao potencial da agricultura de base familiar e camponesa em responder ao desafio do aumento da produção, principalmente em bases agroecológicas. Essa ideia se assenta na reprodução de uma lógica que se quer dominante, a das mono-culturas, em oposição à diversidade das experiências das ecologias, de Sousa Santos (2002) que citamos anteriormente.

Temos, portanto, uma disputa territorial entre agronegócio e agricultura camponesa. O modo de produção no agronegócio é caracterizado pela noção de que a natureza é um obstáculo a ser eliminado para que se amplie a escala do processo produtivo. Essa agricultura tem como objetivo acelerar o crescimento e aumentar a escala, o que aumenta a dependência de tecnologias, insumos externos e crédito, o que a deixa, ao mesmo tempo mais vulnerável às externalidades (HILMI, 2012).

Esse padrão moderno de produção agrícola já vem demonstrando fragilidades, principalmente do ponto de vista energético. A agricultura moderna depende do uso intensivo e sistemático dos recursos naturais renováveis e não renováveis, como a energia fóssil e fontes naturais de fosfato e de potássio, e tem utilizado esses recursos de maneira insustentável. A intensidade e a escala da produção agrícola tem gerado o esgotamento das reservas mundiais dessas fontes de energia que são base para a manutenção de todo o processo produtivo nesse tipo de agricultura, desde a produção de adubos químicos, agrotóxicos e a utilização das máquinas agrícolas até o

processamento e transporte dos produtos. Esse fato ocasiona não somente danos ambientais, mas também afeta a economia, uma vez que tende a elevar os custos da produção¹⁴ (WEID, 2012).

Além disso, estudos tem verificado que o uso intensivo de insumos químicos no manejo das lavouras torna-se ineficiente ao longo do tempo, uma vez que os organismos “indesejáveis” tendem a criar resistência, gerando a necessidade de mais uso, conseqüentemente mais produção de insumos, logo, mais gasto de energia¹⁵. Essa situação provoca impacto direto nos preços dos alimentos. A essa questão, ainda está relacionada à produção de agrocombustíveis como alternativa econômica ao petróleo, fazendo com que os plantios alimentares disputem área e investimentos com os plantios destinados à produção energética (WEID, 2012).

Por outro lado, a lógica da agricultura camponesa provém de diferentes modos de interação com o mundo e de objetivos diferentes quanto à produção e ao trabalho. À agricultura camponesa é imprescindível modelar e remodelar os recursos disponíveis de modo a garantir a continuidade do grupo familiar, com o excedente produtivo sendo destinado ao mercado. Na sua atuação os camponeses aumentam a intensidade de sua agricultura com seus cultivos e criação ao mesmo tempo em que procuram manter um nível de autonomia em relação a condicionantes externos. Para isso, os camponeses mobilizam um diversificado e complexo arcabouço de conhecimentos que lhe são úteis na resolução de seus problemas e que garantem a sua reprodução social (HILMI, 2012).

Isto porque a característica fundamental da constituição desses grupos sociais é a sua capacidade de se relacionar, se adaptar e se estabelecer em um

¹⁴ “Os preços dos fertilizantes cresceram entre cinco e sete vezes entre 1999 e 2008 e, embora tenham caído com a crise econômica mundial, continuam três vezes mais caros do que no início do século e com notada tendência a subir” (WEID, 2012).

¹⁵ “Apesar do aumento sistemático dos volumes de agrotóxico aplicados nas lavouras, as perdas das culturas cresceram de 28 para 37% entre 1945 e 1991 e, desde então esse desequilíbrio só fez aumentar, sobretudo pela crescente resistência de pragas e plantas espontâneas ao uso de agrotóxicos após a introdução dos cultivos transgênicos” (WEID, 2012).

território caracterizado também pela diversidade de ecossistemas. Nesse sentido, Ribeiro (2010) caracteriza o campesinato a partir das estratégias de resistência às contradições a que estiveram e estão submetidos dentro do capitalismo, pautadas na diversidade, seja produtiva, seja nas formas de relação com o mercado, sua cultura e seus hábitos. As formas de organização desses “trabalhadores da terra” marcadas pela tradição do trabalho cooperativo ou de ajuda mútua são influenciadas por essas origens (VENDRAMINI citada por RIBEIRO, 2010).

Nesse sentido, Sachs (2003) afirma a necessidade de superação do discurso de que a única saída para o desenvolvimento econômico do campo é a grande agricultura moderna de grãos profundamente mecanizada e voltada para o mercado externo e que a reforma agrária é uma necessidade de cunho meramente social. O modelo de agricultura moderna necessita ser superado na construção de uma proposta nova de desenvolvimento socioeconômico para o campo mediante a Reforma Agrária e inclusão social.

Realizadas essas considerações, tendo em mente os processos gerais que envolvem agricultura no Brasil, voltamos nosso olhar para a dimensão local. Na qual a agricultura camponesa vem se organizando e se afirmando, reproduzindo suas bases materiais e simbólicas na produção de territorialidades de resistência.

3. A PRODUÇÃO DE UM TERRITÓRIO, O ASSENTAMENTO PADRE JÉSUS.

Nesta parte finalmente nos debruçamos sobre as articulações sociais e políticas, as práticas e os saberes que se processam no Assentamento Padre Jéus desde a sua constituição até o momento do trabalho de campo.

3.1. Sonhos e projetos de futuro

A constituição do território que hoje é o Assentamento Padre Jéus é caracterizada como resultado da organização de sócios em torno do trabalho do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Espera Feliz.

Na perspectiva de Santos (1997) ordem local e ordem global convivem dialeticamente. A ordem local é regida pela interação e pela comunicação, onde a solidariedade produz a organização. Nas palavras do autor:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e criatividade (SANTOS, 1997, p. 257).

As organizações de trabalhadores rurais do município de Espera Feliz vêm discutindo o acesso à terra desde o início dos anos 2000, buscando atuar na criação de um fundo para compra de terras em conjunto. Um agricultor que vive hoje no Assentamento fala sobre essa experiência:

“Tem bastante tempo, a gente dentro do movimento do sindicato, em toda reunião, todo planejamento do sindicato a gente colocava a prioridade da terra né. Eu sempre peguei no sindicato, os... é nos planejamento, a

prioridade de ter uma propriedade, um pedaço de terra. Então nos planejamento a gente colocava isso, tirava uma comissão né. Andava tão pouco, mas a gente sempre tava sonhando né, em ter uma liberdade, em ter um pedaço de terra. [...] Então a gente pensou muito junto com o sindicato essa parceria né, pra tá conseguindo um pedaço de terra” (José Itamar).

Nesse contexto de organização na prioridade da questão da terra, dentre outras atividades, foi realizada uma visita de intercâmbio no município de Araponga, que também polariza experiências em agroecologia construídas na parceria entre o CTA-ZM e o sindicato de trabalhadores rurais daquele município. Uma delas em exponencial é conhecida como Conquista Conjunta da Terra¹⁶. O intercâmbio promoveu a discussão e a possibilidade de replicar a experiência de Araponga em Espera Feliz, mas não surtiu o efeito esperado.

“A gente foi lá visitar, lá em Araponga. E a gente voltou entusiasmado porque a história lá era tão bonita, o pessoal se juntaram e compraram junto a terra. Então a gente voltou muito animado, mas só que aqui a gente não conseguiu fazer essa união. [...] Aqui o pessoal não acreditava né, porque lá era assim, eles juntavam dez saco de café de um, um saco feijão de outro... Normalmente quem tinha alguma coisa não acreditava nessa parceria” (José Itamar).

Nesse contexto é possível perceber como as especificidades dos lugares e sua formação socioespacial até mesmo em escala regional se apresentam diferentes. Ferrari (2010) ao caracterizar as agriculturas camponesas oriundas dos municípios de Espera Feliz e Araponga constatou, através de conversas com agricultores e agricultoras, que as diferenças existem não somente entre, mas

¹⁶ “A Conquista Conjunta da Terra consiste em um mecanismo de compra de terrenos com recursos de um Fundo criado para tal, a partir da reunião dos excedentes das produções particulares. As áreas, compradas e administradas coletivamente, são subdivididas entre as famílias que assumem o compromisso de sustentabilidade ambiental, política, econômica e social. Pode também ser entendida como eco vila popular” (BARBOSA, 2005, p. 47).

dentro dos municípios. Estão relacionadas à origem étnica das famílias (europeus, negros e índios Puris), mas também ao modo de reprodução socioeconômica das famílias, que envolve desde a alimentação e a produção de gêneros mais diversificados até a utilização de insumos externos e sua relação com o mercado.

Em Espera Feliz essas diferenciações estão associadas, sobretudo à distância de determinada comunidade da sede do município. Observa-se que as comunidades próximas da área urbana tem uma relação mais frequente com as organizações dos agricultores, relacionado, por exemplo, com a assistência técnica (FERRARI, 2010).

Essa preocupação com a distância e a localização da área também aparece no processo de organização do grupo para o acesso à terra do STR de Espera Feliz. Em outro momento eles visitaram uma área que estava à venda no município de Caiana, mas a localidade não agradou, segundo eles, justamente pela dificuldade gerada pela distância do centro da cidade.

Ao observar o contexto regional e local compreendemos ainda, porque a luta pela terra organizada em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) não se efetivou nessas localidades. Apesar da legitimidade e alinhamento político do movimento sindical com MST e da abrangência e importância deste último no cenário nacional e global, na Zona da Mata mineira a desapropriação de terras por meio de ocupações para fins de reforma agrária é dificultada devido, principalmente ao tamanho e organização da maioria das propriedades¹⁷.

"A gente pensou também na reforma agrária, se tivesse reforma agrária aqui na região a gente tinha feito, eu mais

¹⁷ De acordo com o Estatuto da terra, estão isentos de desapropriação os imóveis rurais que não excederem três vezes o Módulo Fiscal (parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho). A média do Módulo Fiscal da Zona da Mata é de 26 hectares. Para que haja desapropriação é necessário que a propriedade exceda, em média, a dimensão de 78 hectares. Na região, cerca de 90% das propriedades possuem menos de 100 ha (IBGE, 2006). Para que ocorra a desapropriação ainda há outros critérios como função social da terra, níveis satisfatórios de produtividade etc. que, quando cruzados, reduzem ainda mais a possibilidade de realização da reforma agrária por meio de ocupações na região.

Farinhada (irmão) sonhava com isso! Mas pra gente mexer com a reforma agrária aqui era difícil com reforma agrária, porque as terras era a maior parte, era organizada. A gente sonhava mesmo era com o trabalho do crédito fundiário. Foi aonde a gente conseguiu se organizar” (José Itamar)

Assim, a propriedade onde se situa hoje o Assentamento Padre Jésus já era conhecida por alguns agricultores. Quando ela foi colocada à venda, o grupo procurou o proprietário para realizar a negociação. Acertada a compra, foram realizadas diversas reuniões para apresentar e esclarecer as famílias sobre o acesso a política e organizar a documentação para dar entrada ao processo.

Para selecionar as famílias participantes foram criados alguns critérios internos ao sindicato relacionados ao envolvimento social, convivência em comunidade e associação àquela organização.

Quando observamos as aspirações das famílias para participar desse processo, percebemos que, na maioria das vezes o que motivou essa ação iniciou com o desejo individual de ter um “pedacinho de chão pra trabalhar” e de “ter liberdade” .

“Aqui a gente tem mais liberdade, né, trabalha no que é da gente, ninguém atrapalha a gente, a gente é mais livre. Trabalhando de meia a gente fica mais preso, meio sem liberdade. E aqui é só meu. Meu não, nosso, né? Trabalhar de meia você tem que dar a metade pro patrão, tudo que você colhe ele ganha a metade, sobra pouco pra gente, né?” (Francisco).

“A diferença é que é da gente. Que às vezes você quer fazer uma coisa por exemplo, na terra dos outros, você quer colocar um pé de fruta, você não vai colocar um monte de pé de fruta na terra dos outros, você não vai fazer isso. Você planta, mas sabendo que no dia que você sair vai deixar. Um pé de fruta mais caro, você não tem coragem de comprar. Aí, você mora numa casa pequena, se ela fosse minha eu tirava essa parede, ela sendo sua

você põe ela no chão e faz de novo. É uma sensação de liberdade” . (Eliene)

“A gente não tinha essa liberdade, a gente era visto, era vigiado, é muito difícil ser vigiado pelos outros, então hoje a gente não tem isso. A maior conquista foi isso” (José Itamar)

Guattari e Rolnik (1996) trabalham com a ideia de que o desejo cria territórios. Em *Micropolítica – Cartografias do desejo* esses autores nos trazem uma definição de desejo que traduz a nossa intenção ao incluir este aspecto em nossa análise:

*O desejo permeia o campo social, tanto em práticas imediatas quanto em projetos muito ambiciosos. Por não querer me atrapalhar com definições complicadas, eu *proporia denominar desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores [...]. O desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo* (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 260).*

No entanto, o desejo individual não é suficiente. “O desejo seria maquínico, produtivo, construtivo [...]. Nessa concepção, o desejo cria territórios, pois ele faz uma série de agenciamentos” (HAESBAERT E BRUCE, 2002, p. 5).

“A gente sempre teve vontade de comprar, mas tinha que ter uma oportunidade de alguma coisa pra ajudar. Vontade de comprar a gente sempre já tinha. Antes de ter isso aqui a gente sempre pensava, né? Então depois que surgiu essa ideia, ah que compra, parcela... né? Aí a gente engaja num grupo e vai de carona e vamos nós” ! (Eliene)

Assim, as circunstâncias favoráveis - o contexto de organização e amadurecimento do movimento sindical, a desvalorização fundiária na região juntamente com a possibilidade criada pela existência da política pública - formaram a situação propícia para a mudança alçada pelo conjunto dos

indivíduos que se organizaram coletivamente para a produção daquele território.

O passado comparece como uma das dimensões para a realização do evento, mas o dado dinâmico na produção da nova história é o próprio presente, isto é, a conjugação seletiva de forças existentes em um dado momento (SANTOS, 1997, p. 265).

Através das entrevistas, quando indagados pelo motivo que os mobilizou para essa experiência percebemos entre as famílias que o desejo se projeta na consciência da situação desfavorável em que se encontravam e na construção de uma possibilidade de futuro melhor.

"[...] a gente não tinha um pedaço de terra, o sonho da gente era ser dono de um pedacinho. Então esse sonho a gente tinha e mesmo com a dificuldade a gente não perdia a esperança. Só que a gente comprar só com o próprio dinheiro da gente sendo meeiro é muito complicado mesmo. Passar pela fase que nós passamos, é impossível, não vou falar que é complicado não, é impossível mesmo" (Luis Fernando).

Nesse contexto cabe a afirmação de Milton Santos em consonância com Sartre: "Na realidade, se o Homem é projeto, como diz Sartre, é o futuro que comanda as ações do presente" (SANTOS, 1997, p. 265).

Assim, a construção desse futuro já se realiza no momento presente através do processo de territorialização das famílias na área conquistada, que veremos a seguir.

3.2. A ocupação da área

A área foi liberada para a entrada das famílias agricultoras em 2009. Uma primeira reunião na área foi realizada após a liberação, quando foram iniciadas as conversas para a demarcação dos lotes de cada família (figura 4).

*“Foi o dia que a gente conseguiu juntar o povo todo aqui e falou que foi liberada a propriedade, foi um dia que achei muito importante, falei pra um, falei pra outro. Todo mundo começou a sorrir... Era pra gente organizar pra fazer a marcação das casas. Foi um dia que marcou muito porque a gente levantou a vitória, conquistou a propriedade. Então a gente marcou a reunião com todo mundo e a gente já podia contratar o agrimensor pra fazer a medição da área”
(José Itamar).*



Figura 4: Agricultores e agricultoras reunidos pela primeira vez na área.

Cada família escolheu a parte de sua preferência para constituir o lote. Caso houvesse mais de uma família interessada em uma mesma área era feito sorteio. Se alguma família ainda não estivesse satisfeita era colocado para todo o grupo decidir o que fazer. Isso ajudou a não haver divergência entre as famílias.

Cada propriedade do Assentamento possui aproximadamente sete hectares. Algumas delas já possuíam uma estrutura de casa que precisava ser

reconstruída, aonde habitavam os meeiros da fazenda antigamente. Nessas propriedades se instalaram as primeiras famílias, nas outras foi necessário construir as casas.

“Nós chegamos aqui só tinha mato aqui em volta, não tinha nada com nada, só tinha mato envolta da casa. Chegamos aqui, meu Deus, nós no meio do mato, um troço que não tinha organização nenhuma. Não tinha nada! Ontem tinha um conhecido meu aqui e eu falei, que às vezes a gente não acredita porque de três anos e pouco a transformação é grande” (Carlim).

Os custos com a contratação de um agrimensor foram arcados e divididos por cada família. Inicialmente o valor era de três mil reais por lote, mas com apoio da câmara de vereadores de Espera Feliz, conseguiu-se reduzir o valor para dois mil reais por família. A demarcação e abertura das estradas e praças foram realizadas e os moradores puderam começar a construção das casas (Figura 5).



Figura 5:Vista parcial da área durante a abertura das estradas e praças.

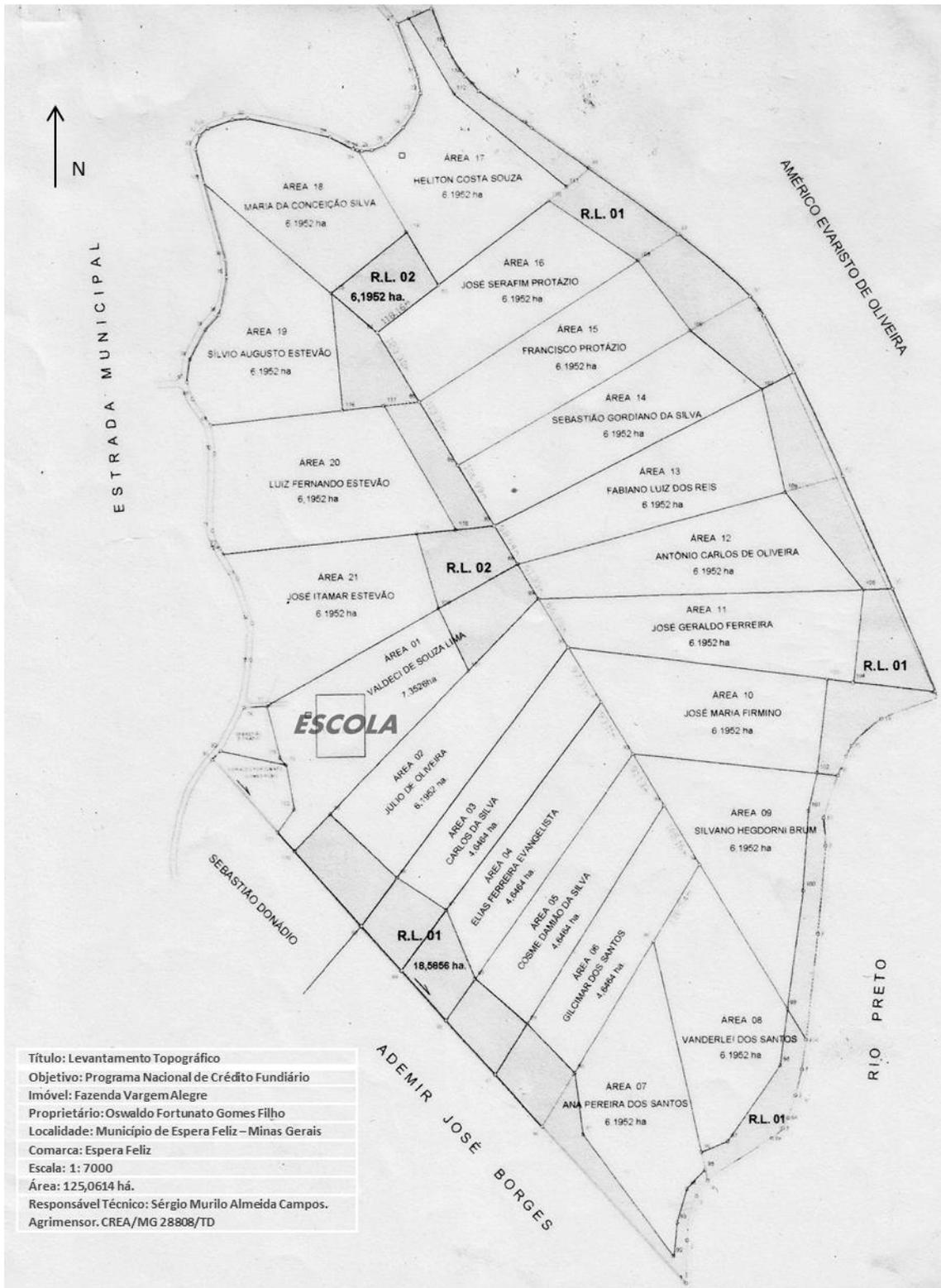


Figura 6: Levantamento Topográfico do Assentamento.

Procuraram providenciar também a instalação de um sistema técnico básico: água para abastecimento das casas e energia elétrica.

Nove casas consumiam a água que foi encanada da propriedade vizinha do Assentamento para uma caixa central de onze mil litros. No período anterior ao nosso campo havia acontecido um problema de falta de água que foi relacionado pelos entrevistados a um desmatamento no entorno da nascente, somado a uma estiagem que havia ocorrido na região. Naquele momento o abastecimento já havia sido normalizado.

Além disso, uma das famílias relatou que havia canalizado a água de propriedade vizinha para seu consumo, mas que esta era de má qualidade e estava fazendo mal para a saúde da família. A solução encontrada foi bombear água da parte de baixo da propriedade, o que acarretou a elevação do valor da conta de energia elétrica.

Com relação à energia elétrica, os moradores relatam que desde a liberação da área foi realizado o pedido de instalação de um padrão de luz para cada casa, através do programa Luz para Todos¹⁸, do Governo Federal. No primeiro momento as famílias utilizaram o antigo padrão da fazenda, que distribuía energia para as dez casas que havia. Pagava-se caro pela luz e esta piorava quanto mais a casa se distanciava do local onde estava o padrão. Nesse período o Assentamento todo chegou a pagar mais de vinte mil reais em contas de luz. Por causa do alto valor a ser pago pela luz, algumas famílias permaneceram sem energia elétrica nas casas por vários meses.

“Foi ficando muito difícil, aí, foi indo, a gente cortou a energia. Até mês atrás a gente tava... ficamos sete meses sem energia. Porque tava muito caro, muito difícil de pagar.”

¹⁸ O Programa Luz para todos foi lançado em 2008 e é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e por concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural, em parceria com os governos estaduais e tem o objetivo de que a energia elétrica possa contribuir para a redução da pobreza e aumento da renda familiar das comunidades rurais.

Pra nós, aqui na roça é muito difícil né, tá arrumando o dinheiro assim, todo mês. Aí nós cortamos a luz. Aí Alessandra ali que ganhou o Luz para todos, a dela, ela me emprestou. Até aqui na Rita, né, ela emprestou para quatro casas.[...] Aí, tá com um mês que ela emprestou a luz, né. A luz dela é muito boa e agora ela tá com seis casa pra casa dela. Então agora eu to usando a luz dela, aí vem a conta e ela divide com a gente” (Valquíria).

Até janeiro de 2013 somente duas casas haviam sido atendidas pelo Programa Luz para Todos. Estas famílias se propuseram a “emprestar” sua energia elétrica para as demais famílias que aguardavam a instalação do padrão individual. Os moradores afirmam que se houvesse luz, as outras famílias já estariam no Assentamento. A falta de energia elétrica foi identificada nas entrevistas como a principal dificuldade para a ocupação da área até aquele período.

Essa situação nos remete ao estudo de Madeleine Akrich comentado por Santos (1997) sobre a produção de uma solidariedade forçada entre membros de uma comunidade na Costa do Marfim, com a introdução da rede elétrica naquele local. No assentamento observamos que a experiência de encontrar uma solução para um problema da maioria, através do esforço solidário e coletivo dos diversos indivíduos fortaleceu as redes de solidariedade e vizinhança entre as famílias.

No caso das cidades essas relações de “co-presença e o intercâmbio são condicionados pelas infraestruturas presentes e por suas normas de utilização” (SANTOS, 1997, p. 256). Neste caso específico, numa zona rural, pudemos constatar que a ausência dessa infraestrutura, ou melhor, a sua precariedade é que foi determinante para o estabelecimento dessas relações de proximidade.

Naquele contexto, enquanto a norma se produziu como um limite à ação (ausência de serviço de energia elétrica dificultando a entrada das famílias na área), na elaboração coletiva do seu desvio, se produziu a solidariedade. Esta se

traduz, na intensificação das relações sociais que se estabelecem nos lugares devido à capacidade de adaptação aos condicionantes externos e de gestão da vida local.

A solidariedade vai gerar a constituição da comunidade, que na roça, se materializa através da Igreja, local de oração, reuniões e sociabilidade.

" [...] Então a gente pensou em criar uma comunidade, né, aqui dentro do assentamento, né. O povo em comunidade é mais fácil de resolver alguns obstáculos que tem, né. Sempre teve bastante obstáculo, a questão da luz, misturada, confusão... Depois que criou a comunidade facilitou mais da gente tá organizando, conversando com o povo. Não fica muito individual as coisas. A comunidade traz pra gente uma responsabilidade, um amor maior às pessoas. Então eu acho que foi uma conquista muito importante" (José Itamar).



Figura 7: Mutirão para construção da Capela.

Até o momento o espaço coletivo funcionava em um galpão. Os cultos, bem como reuniões e cursos aconteciam naquele local. Durante o trabalho de campo acompanhamos os primeiros passos do mutirão dos homens para a construção das fundações da Igreja do Assentamento Padre Jésus, numa parte do terreno pertencente ao STR.

3.3. Enfrentamentos

O primeiro passo da ocupação das famílias foi a formação das lavouras de café. A opção pelo café se deve, segundo os agricultores, ao fato do cultivo ser tradicional na região. Algumas famílias constituíram a lavoura antes mesmo da construção da casa, outras o fizeram simultaneamente.

Um dos principais problemas identificados pelas famílias para a formação das lavouras foi o pasto tomado pela braquiária¹⁹. Este enfrentamento foi uma importante e urgente aprendizagem nos primeiros momentos da ocupação da área do assentamento. Essa urgência pareceu óbvia e teve ainda como pressão a assistência técnica que incrementa a aplicação de agrotóxico.

Os agricultores se viram diante da dificuldade em encontrar alternativas imediatas de manejo ambientalmente saudável dessa espécie em predominância em toda a área. Um agricultor relata como lidou com a espécie na propriedade.

“A braquiária é um mato tratado, e não acaba só na enxada. Aí o que eu fiz, eu joguei round-up e capinava. Aí quando tava morrendo eu ia e capinava. Nós assim, quando fizemos o projeto, a gente fez pra não jogar, né? Só que não teve outro jeito. Um ano a gente tentou ir sem mesmo, agrotóxico, tentou ir sem round-up, mas a gente viu que... Nós adubava o café, nós só triava o café. Aí adubava o café, mas a braquiária que tava no meio ali ela lambia o adubo. Ela tirava a força do pé de café, aniquilava o pé de café. E pra capinar ela na enxada não tinha como, porque ela é touceira, a danada, ela dá em camada. Aí isso nós fomos fazendo. No início era só eu, no caso ali, a mãe, meu irmão e o outro vizinho que tava fazendo nesse processo, pondo round-up também e ninguém mais. Mas aí depois o pessoal também que tava na mesma situação viu que não tinha outro jeito e começou também a fazer, no Round-up. Mas hoje eu falo pra você, se eu não tivesse feito isso minha lavoura não tava formando, porque a braquiária acaba com a lavoura mesmo se deixar [...].Principalmente essa parte

¹⁹ Trazido da África Tropical, o capim braquiária é uma planta forrageira que se torna invasora em áreas de culturas por ser resistente e se reproduzir facilmente em terras pouco férteis, disputando luz solar, água e nutrientes com outras plantas (EMBRAPA, 2006).

mais baixa ali, aí que ela crescia mesmo. Um dia olhando eu falei com meu irmão, eu não sei como nós vamos lidar com café no meio disso aí, como é que nós vamos acabar com isso” (Vanderley).

Ainda que os agricultores procurem manejar os seus sistemas de forma diversificada, eles precisam combater problemas recorrentes relacionados à diminuição da produtividade da lavoura em função da degradação dos solos, até mesmo da oscilação dos preços do café, sua principal fonte de dinheiro. Com a propagação dos pacotes técnicos da agricultura moderna esses problemas foram agravados (CARDOSO E FERRARI, 2006).

Embora tenham utilizado agrotóxicos no momento inicial de ocupação o discurso geral é de não utilização, acordado entre as famílias durante o processo de compra da terra. Desde a formação do Assentamento, as organizações sociais do município vinculadas ao movimento de trabalhadores rurais enunciaram que os moradores são pessoas que passaram sua vida praticando uma agricultura patronal e que precisam, portanto, se reconverter a uma agricultura agroecológica. Essas organizações, até mesmo se criticam por não terem estabelecido critérios mais rigorosos com relação ao uso de agrotóxicos no Assentamento.

A utilização de agrotóxico geralmente é associada, pelos agricultores ao trabalho como meeiro, quando não tinham escolha senão obedecer às ordens dos patrões com o manejo das lavouras de café. Ao mesmo tempo também aparece o discurso de que os meeiros não são obrigados a colocar o agrotóxico e que a utilização é critério de cada um.

Em entrevista alguns admitiram ter utilizado o *round-up* no início, somente para limpar a área para iniciar o plantio e combater a braquiária. Esteve presente também o discurso de utilização de veneno, principalmente o *round-up* quando há necessidade. Um entrevistado admitiu que utilizou o *round-up* para combater a braquiária e, que depois de tentar outras alternativas

“que não fazem mal para a saúde” para combater a cochonilha²⁰ acabou pulverizando a lavoura com Vertimec²¹.

É consenso que *eliminar progressivamente* o uso do agrotóxico é um importante passo para a reconversão produtiva. Nesses processos são estabelecidas etapas que levam em consideração os níveis de degradação e ou artificialização do ambiente. (ALTIERI, 2002).

A conversão do manejo convencional de alto uso de insumos para um manejo de baixo uso de insumos externos é um processo de transição com quatro fases distintas, consistindo de *retirada progressiva de produtos químicos*, racionalização e melhoramento da eficiência no uso de agroquímicos por meio do manejo integrado de pragas (MIP) e manejo integrado de nutrientes; substituição de insumos, utilizando tecnologias alternativas e de baixo consumo de energia; e planejamento do sistema agrícola diversificado visando incluir uma ótima integração plantação/animal (ALTIERI, 2002, p. 76).

O uso de agrotóxicos é muito comum no meio rural brasileiro (disseminado fortemente com a revolução verde). Está presente logo no entorno do Assentamento, em uma propriedade vizinha (figura 8) onde há uma monocultura de tomate. Foi relatado que, devido à proximidade, quando a lavoura foi pulverizada o produto químico levado pelo vento chegou a intoxicar criações e crianças.

Assim, através desse fato e das falas dos agricultores é possível inferir que há o conhecimento entre as famílias dos malefícios do veneno para a saúde do ambiente e das pessoas.

²⁰ Inseto que causa prejuízos à lavoura devido à sucção da seiva, que enfraquece a planta. Em alguns casos, dependendo do tipo, pode matar o café. Os tipos mais comuns são cochonilha verde, cochonilha parda, cochonilha branca e cochonilha de placa.

²¹ Agrotóxico da empresa multinacional Syngenta, segundo o site da empresa é um “acaricida e inseticida para tomateiro, morangueiro, citrinos, macieira, pereira, flores e ornamentais” . Constam restrições ao uso constante do produto na lista de agrotóxicos do Paraná do tipo VERTIMEC 18 EC.



Figura 8: Paisagem no Assentamento e propriedade vizinha ao fundo.

O uso do agrotóxico consegue responder imediatamente a solução do problema. A ausência de alternativas de manejo e extermínio de algumas espécies, como a braquiária resalta a dificuldade dos agricultores em encontrar e, em alguns casos também em aplicar as formas de manejo alternativas na lavoura de café. Produzir sem veneno tem sido um aprendizado:

“E eu fiz uma experiência também por minha conta. O terreno que eu usei o round-up pra capinar a braquiária, que tava muito alta, o terreno ficou muito firme, muito duro. E o que não usei nada você passava capinando o mato saía fácil. O agrotóxico não faz bem pra terra, sabia? E eu acho que com essa experiência, no meu aqui, eu não vou usar nada (Júlio)” .

Diante disso percebemos que a constituição de uma comunidade e a proposta de reconversão produtiva encontram caminhos diversos. Os investimentos na lavoura e na propriedade devem ser planejados. A preocupação das famílias é a urgência na obtenção de renda para o pagamento da terra. Este fato é um importante condicionante das formas de produzir e viver no território.

Nesse contexto, o modo de adquirir a terra via financiamento, o acesso à política e as normas de ocupação do território vão influenciar diretamente no modo de produzir, nas escolhas para o manejo e organização da terra, do espaço e do trabalho.

As famílias beneficiadas pelo PNCF tem o direito de solicitar o recurso da linha de financiamento do Pronaf A que é destinado também aos assentados da reforma agrária, para a estruturação de propriedades. Esse recurso foi fundamental para que as famílias pudessem realizar as primeiras intervenções na área.

O principal investimento desse recurso foi feito na formação das lavouras de café, com a contratação do trator para o preparo da área, compra de mudas e insumos, assim como construção de tulhas para guardar os equipamentos de trabalho. Pelo fato do Pronaf A ser restrito aos investimentos produtivos, algumas famílias construíram as tulhas que terminaram cumprindo a função de alojá-las até o momento de construção das casas, enquanto cuidavam do trabalho de formação da lavoura de café e outros cultivos alimentares.

Com o PNCF os agricultores devem pagar anualmente a prestação da terra. A principal estratégia adotada pelas famílias para o pagamento das prestações anuais da terra até aquele momento em que a propriedade ainda não gera a renda obtida pelo café foi dar continuidade ao trabalho como meeiro em lavouras de café nas fazendas.

O dinheiro ganho neste trabalho é o que vai gerar o montante para o pagamento da prestação. Aqueles que não trabalham como meeiros saem para trabalhar fora durante o período de colheita de café como diaristas para também complementar a renda.

“A estratégia é a seguinte tem trabalhado na panha de café. Tem trabalhado. Tem tirado o que ganha lá fora e vai porque é a época que dá mais dinheiro e aí a gente tem como. Não é muito a parcela, não é demais. Aí a gente

trabalha fora lá, segura o máximo que pode pra poder pagar” (Gilcimar).

Assim, recorrer ao trabalho fora ao mesmo tempo em que vem realizando o trabalho em suas terras é uma necessidade para garantir a reprodução da família e do estabelecimento familiar. Esse fato demonstra as estratégias precárias e instáveis as quais a reprodução da agricultura camponesa permanece submetida (WANDERLEY, 2009, p. 179).

Além disso, os agricultores e agricultoras afirmam que diante dessa situação administrar o tempo do trabalho acaba sendo um desafio, e que vez por outra uma das áreas acaba ficando prejudicada.

“A dificuldade maior que tá sendo mesmo é a gente não poder tá trabalhando só aqui. Ter que trabalhar fora pra poder tá pagando aquilo que gente tem pra pagar. Essa que tá sendo a dificuldade até hoje, entendeu? Se a gente pudesse trabalhar mais aqui a gente teria muito mais lucro aqui. Mas primeiro teria que investir e a gente não tem como investir pra tá trabalhando só aqui. Porque ele trabalha fora, eu também trabalho...é pra fazer compra, é pra tá pagando essas parcelas que a gente paga no banco. Então a gente precisa tá trabalhando fora por causa disso, porque a gente não tem o recurso. Aqui a gente não tem o recurso pra tá trabalhando aqui, pra tá pagando isso e pra fazer a despesa da casa” (Dona Armezinda).

“Quando a gente entregar a meia e aqui tiver dando renda, vai ser melhor ainda. Não precisa esquentar com serviço dos outros pra cuidar, vai cuidar só aqui [...] Lá eles passa remédio com trator, veneno. Ano passado mesmo, ele foi lá, eles passaram remédio, veneno, na sexta, no sábado ele foi em cima, foi lá vendo lavoura, não sabia que tava no meio daquilo.” (Tininha).

Esta forma de acesso a terra via PNCF produz limites à transformação da situação de precariedade na qual se reproduz a agricultura camponesa, pelo

menos nos momentos iniciais, como pudemos observar no Assentamento Padre J3sus.

At3 até aqui descrevemos experi3ncias que se direcionaram ao trabalho e gera3o de renda.

Contudo, os limites produzidos pelas formas de acesso a 3 pol3tica e pela situa3o de abandono que se encontrava a 3rea est3o sendo superados com base na diversidade. As experi3ncias que descrevemos a seguir representam a recupera3o e a valoriza3o de sistemas alternativos de produ3o que se relacionam em uma ecologia das produtividades, pois colocam em quest3o os objetivos da acumula3o sobre os objetivos da distribui3o que sustentam o capitalismo.

3.4. Produtividades e criatividade

Segundo Paulino (2003)

O campon3s procura na terra muito mais que a renda, mas a concretiza3o de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodu3o social delimitada pelos profundos v3nculos familiares e comunit3rios, o que lhe permite se colocar no mundo de forma completamente diversa daqueles que vivem na aliena3o do trabalh (PAULINO, 2003, p. 10).

Na experi3ncia em quest3o percebemos que incrementar na diversifica3o da produ3o tem sido importante no momento em que o caf3 ainda n3o gera renda suficiente para cobrir as despesas da fam3lia na propriedade (figura 9).

“O primeiro passo nosso 3 tratar da lavoura. Plantamos bastante banana l3 em cima porque voc3 vende, todo mundo compra, passa caminh3o 3 e compra. Isso ajuda demais. N3o pode pensar s3o no caf3 tamb3m n3o, tem

*que fazer renda na propriedade sem ser com o café”
(Luis Fernando).*

As famílias elaboraram uma série de estratégias de reprodução socioeconômica no território, que envolve também o acesso às políticas públicas, que nos chama atenção para o enfoque da *multifuncionalidade* da agricultura familiar e camponesa.



Figura 9: Produção agrícola diversificada em uma propriedade no Assentamento Padre Jésus.

Este enfoque considera o conjunto da diversidade de funções que envolvem a agricultura familiar e está relacionado à reprodução socioeconômica das famílias rurais; à promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade; à manutenção do tecido social e cultural e à preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CAZELLA et. al. 2009). Entendemos que as estratégias elaboradas pelas famílias sinalizam para estas funções.

Uma destas estratégias são canais alternativos de comercialização da produção. As famílias comercializam o excedente produtivo para particulares que procuram os produtos no próprio assentamento, geralmente feijão e leite.

Porque isso aí uma pessoa vê um feijão que não tem veneno nem nada, sempre passava alguém. Chega, ah eu quero meio saco, outro, eu quero dez quilo, outro, eu quero um saco. E então as pessoas vai chegando, né" ? (Zé Carlím)

A participação na feira livre da cidade de Espera Feliz também é considerada. Quem comercializa na rua também recolhe a produção excedente de outras famílias para comercializar junto com os seus produtos.

Com essas experiências ocorre o fortalecimento dos circuitos locais de produção e comercialização, bem como a formação de consumidores ativos e conscientes do processo produtivo. A relação entre produtores e consumidores se estabelece na garantia para o consumidor de estar comprando um produto de qualidade ao passo que estimula o incremento da produção agroecológica nas propriedades. A valorização e procura dos consumidores pelos produtos sem agrotóxico é realçada na fala do agricultor:

"Igual a nossa horta mesmo, quando eu levo a verdura pra lá eu falo com o povo que é orgânico. Nossa, eu tenho freguês, sabia? Tudo que eu levo em vendo, sabia? Eu falo que é agroecológico, minha horta. Eu falo e dou garantia dela" (Julio).

No mesmo sentido, atua a Coofeliz - Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar que executa as atribuições de dois projetos do Governo Federal, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em que os agricultores associados à cooperativa podem comercializar os alimentos produzidos para asilos, creches e escolas. Há uma quantidade máxima de produto determinada pela Coofeliz para cada

agricultor cadastrado. Segundo Tininha, associada e moradora do Assentamento, às vezes falta algum produto, por exemplo, beterraba e cenoura, porque são plantas que, segundo ela necessitam de muita água. E as sementes disponíveis no mercado às vezes não são boas.

Segundo Fernanda, moradora do Assentamento Padre Jésus e trabalhadora da Coofeliz, o trabalho da cooperativa oferece suporte aos agricultores associados que podem plantar com a certeza de que nem o trabalho, nem os produtos serão perdidos, já que os alimentos tem destino certo. A Coofeliz também atua na assistência técnica e promoção de intercâmbios entre agricultores e agricultoras apoiando a transição para a agroecologia. Assim, a organização em cooperativa para a administração dos projetos garante geração de renda certa para as famílias e alimento de qualidade para as pessoas nas instituições.

No Assentamento Padre Jésus – e também em outras comunidades rurais do município - a produção destinada ao PAA foi fortalecida com a instalação do projeto PAIS em algumas propriedades.

O sistema PAIS (Produção agroecológica integrada e sustentável) foi concebido pelo SEBRAE e consiste em um sistema de integração eficiente entre produção de alimentos em hortas circulares e criação de pequenos animais, visando facilitar o aproveitamento dos resíduos de ambas as atividades– os esterco do galinheiro são usados como adubo das hortas e as sobras dos plantios servem como alimento das aves (SEBRAE, 2009).

O trabalho nesse sistema requer menos gasto energético pelas pessoas no manejo, já que cada círculo da horta mantém a mesma distância em relação ao ponto central, o galinheiro. Isso também permite aos agricultores melhor visualização do sistema em sua totalidade e assegura o aproveitamento total da área dos canteiros pela ausência de quinas e bordas. Além disso, o desenho dos canteiros baseados em padrões naturais circulares permite pensar numa maior harmonização do ambiente produtivo.

A produção nas hortas também pode ser incrementada com a prática da produção de húmus em um minhocário. O minhocário é uma prática que potencializa a produção de hortaliças com adubação orgânica. Consiste em separar uma área circundada por um material como tijolo ou bambu reservada para a reprodução de minhocas.



Figura 10: Minhocário feito de tijolos na casa de Elisabeth e o solo resultante.

Observamos que as famílias procuraram investir na criação animal diversificada – galinhas, marrecos, cabritos, porcos, vacas. A criação animal aparece nas propriedades do Assentamento e interage com outros sistemas de produção porque oferece o esterco para adubo das hortas.

Em especial dois jovens agricultores, Lucio e Jeferson, se reuniram para esta atividade, arrendando a área de pasto pertencente ao sindicato e compondo um curral com instalações para produção do leite que é comercializado para uma empresa de laticínios do município de Muriaé.

A dinâmica familiar do trabalho possibilita que o leite que não é aprovado para compra pela empresa seja aproveitado para fabricação de queijo,

que pode ser consumido ou vendido na feira. O aproveitamento do leite para este fim é comum a várias famílias.

Esta relação faz com que as próprias famílias percebam que a renda da propriedade não é somente monetária, mas inclui também aquilo que deixam de comprar.

“Por exemplo, quando a gente era meeiro nós não podia ter uma vaca. A gente tem uma vaca, vai ter bezerro, vai ter, criar filhotinho já. Daqui. Então já é uma conquista. É diferente. Lá a gente tocava lavoura, você não ia ter uma vaca. Tinha que comprar leite, comprar leite, comprar leite” (Eliene).

Outras estratégias de geração de renda são o trabalho informal em eventos por algumas famílias e o trabalho de diárias como pedreiro na construção de novas habitações do Assentamento. Uma estratégia interessante é um barzinho do assentamento que foi montado por um dos agricultores de modo a oferecer uma opção de lazer para os moradores da comunidade. Há um projeto para o futuro de se conceber ali um estabelecimento do tipo pesque e pague já que há um tanque para criação de peixes no local. Isto indica potencial para o desenvolvimento de atividades de turismo rural.

Essa pluriatividade representada, até aqui, pela diversificação da produção e incremento dos circuitos locais também está associada à capacidade de agricultores e agricultoras de mobilizar seu conhecimento e suas habilidades para a produção de inovações que apontam para o controle direto e aperfeiçoamento dos processos produtivos (PAULINO citando PLOEG, 2008).

Dois fatos que podem corroborar com a afirmação acima foram observados. O primeiro deles se refere ao beneficiamento pelas mulheres do caule do mamoeiro para a produção de doce. As agricultoras utilizaram o caule do mamoeiro para a produção de um tipo de doce que se assemelha ao doce

de coco. Quando a árvore já estava “velha” , o caule foi extraído para a produção do doce.



Figura 11: Caule do mamoeiro preparado para fabricação do doce.

Outra adaptação que indica inovação é a utilização, por um agricultor, do motor de seu micro trator tobata para realizar diferentes tarefas em sua propriedade. Dudu, como é conhecido na comunidade, utiliza o motor de sua tobata para gerar energia para mover o triturador de milho para a produção do fubá. O fubá ou farinha de milho é utilizado em muitos pratos da cozinha mineira como angu, mingau e broa.



Figura 12: Máquina para plantio de feijão em áreas com declividade em processo de elaboração e máquina de moer milho adaptada ao motor da tobata.

Dudu fez uma adaptação de modo que utiliza o motor da tobata para a moagem. Além de moer o milho que ele colhe na propriedade ainda mói o milho pra companheiros que vem de outras comunidades e pagam para moer o milho em sua casa. Além desta, outra possibilidade de inovação técnica estava sendo trabalhada pelo agricultor era uma pequena máquina que pudesse auxiliar no plantio de feijão e milho em áreas com declividade.

Nesse contexto, o trabalho criativo pode ser considerado uma importante ferramenta na medida em que representa a utilização racional e o aperfeiçoamento dos recursos disponíveis com possibilidade de aumento da renda. No mesmo sentido, estas experiências apontam para a autonomia, aumento da renda nas propriedades e manutenção da mesma no nível local contribuindo para o fortalecimento dos circuitos locais (PAULINO citando PLOEG, 2008).

3.5. Raízes: saberes e práticas presentes

Por nos propormos investigar as permanências e rupturas no modo de produzir e viver das famílias agricultoras procuramos levantar informações a respeito do aprendizado na agricultura.

É unânime entre as famílias, o aprendizado na agricultura é obtido ao longo da vida, através da prática cotidiana, da vivência na terra, da observação do trabalho da família. Os saberes são passados de geração em geração.

“Isso vem do berço e também é dom. Não adianta você pegar um doutor e colocar ele na roça ele não tem dom pra lavoura, ele tem dom pra cuidar das pessoas (...). A partir do momento que você tem o dom e você faz sua escolha você vai adiante. Claro que a gente tem os aceso, que é o pai e a mãe que ensina a gente. A gente aprende a ser agricultor a partir do momento que você tem contato com a terra. A partir de criança você já cresce, a gente morando na roça você já vai ajudar na horta, é assim” (Fernanda).

O que se aprende com os antepassados também vai sendo ressignificado através de experiências na terra. No entanto, as mudanças nas práticas de uma geração para outra não são organizadas no discurso de modo hierárquico. Há consciência que o saber-fazer do outro é devido a um aprendizado ou uma escolha diferente, que não há saber melhor, nem pior.

“Eu aprendi a capinar, minha mãe me ensinou a capinar de um jeito, mas quando eu me informei eu vi que o jeito que ela aprendeu é um jeito mais cansativo. Hoje, por exemplo, eu capino raso, ela capina fundo, no caso ela aprendeu assim, com os pais dela. Só que cansa muito mais. A pessoa ela faz muito mais força, cavuca mais a terra, eu já capino mais raso, cansa menos. Então essa é uma diferença aí. Igual o jeito de plantar também. Eles plantavam de enxadão o milho, naquela época. Eu já planto o milho de bico de enxada, não faço covão igual eles faz, no caso dela ela aprendeu assim” (Vanderley).

Diversas práticas tradicionais se encontram bastante enraizadas no modo de viver e produzir no Assentamento. Observar as fases da lua apropriadas para o plantio é uma prática bastante comum.

“Isso aí na (lua) nova se a gente plantar aquilo dá muito bicho, aquilo costuma já nascer de bicho já né. O bicho a lagarta come as folhas tudo. Se a gente plantar numa lua que não é na força da nova aí já sai uma boa planta” (Zé Carlim).

Ao mesmo tempo há o raciocínio de que as transformações e mudanças nas dinâmicas dos agroecossistemas também ressignificam a base técnica na agricultura.

“Muita coisa tem que fazer do tipo que eles faziam, mas muita coisa mudou né. Hoje já mudou muita coisa, né. [...]”

Hoje se a gente plantar e não adubar não dá. Antigamente dava. O clima mudou vai modificando as coisas, né? O clima muda, tem que modificar o tipo de plantar. Hoje você não pode plantar pra pensar que no mês que vem vai chover, já não pode pensar nisso” (Carlim).

Além disso, através dos relatos percebemos que a produção agrícola da região intensificada e voltada fortemente para o café é uma realidade recente. Em períodos anteriores outros cultivos eram realizados, que no meio rural são denominados lavoura branca. A produção de arroz se destacava na região e o plantio se realizava nas áreas de várzea, nas margens dos rios e hoje está impossibilitado por esses locais serem áreas de reserva legal regulamentadas pelos órgãos de meio ambiente.

“Plantava milho, plantava feijão, plantava inhame, arroz... tudo isso plantava. Arroz a gente plantava no brejo, arroz era no brejo. Então todo mundo tinha aquela época era quase tudo natural. Ninguém quase comprava nada na rua, assim igual a gente compra hoje na venda. Era quase tudo natural. Era um açúcar, uma rosca algo assim, comprava. Mas antigamente, nem assim, negócio que a gente compra, bombril, essas coisas, nada disso comprava. Era tudo em casa. Era bucha mesmo, até o sabão mesmo minha falecida mãe fazia em casa” (Dona Ana).

A maior diversificação de alimentos produzidos em tempos anteriores é relacionada ao baixo consumo de produtos externos, que pode ser acentuada ainda pela pequena disponibilidade monetária dos trabalhadores rurais no período. Essa relativa autonomia dos camponeses com relação ao mercado que foi sendo perdida na medida em que avança a modernização na agricultura e o incremento de insumos externos a produção sendo visto como uma necessidade, representando o domínio da economia sobre as práticas e os modos de vida no campo.

Contudo, a essência das práticas tradicionais que se encontra no estabelecimento de uma relação mais próxima com a natureza marca o momento de territorialização das famílias que experimentam a liberdade do trabalho em suas propriedades. Exemplo disto é o fato que expomos nas próximas linhas.

Uma jovem, filha de agricultores apontando para o alto do morro contou que haviam construído um cruzeiro (cruz de madeira) aonde eles foram rezar para chover. O conteúdo do relato nos motivou a buscar mais detalhes sobre o acontecimento. Selecionamos um trecho de uma entrevista realizada com Valquíria que vive no Assentamento com sua filha.

“O cruzeiro foi uma época que tava pra trás que tava dando muito sol e tava precisando muito da chuva né e as plantas tavam todas secando, morrendo e não vinha chuva. Aí, acho que a ideia partiu da Eliene que lembrou que, é, um tempo atrás as pessoas faziam muita penitência, né. E rezavam no cruzeiro, rezavam no alto do morro, uns carregavam água outros carregavam pedra... Aí ela falou que a gente devia... teve a ideia de rezar no cruzeiro... Mas aí a gente não tinha cruzeiro. Aí ela teve essa ideia... E aí quando foi no domingo aí eles falaram né, lá na igreja depois da celebração. Aí, a gente ia até lá do outro lado que tem um cruzeiro, na casa de uma mulher lá. Só que lá não é dela, né, é do patrão dela. Aí tinha que pedir primeiro. Aí eu fui e falei assim: uai, mas porque a gente não faz um cruzeiro pra gente aqui, do lado cá? Aí o Itamar falou que lá em cima ele tinha vontade de fazer um cruzeiro, aí mostrou mais ou menos daqui de baixo, é bem alto... Aí ele falou assim, se ocês topar, ué, eu tenho vontade de rezar lá em cima. Aí ficou marcado pro outro dia, pra segunda, meio-dia. Aí ninguém sabia lugar de passar direito. [...] Chegando lá, o Itamar já tinha limpado o lugar, fez um cruzeiro de madeira e colocou. E a gente começou a rezar, né, pedindo chuva, porque a terra tava muito seca e a gente tava precisando da chuva. Aí foi assim que surgiu o cruzeiro. E lá a gente rezou três dias né. Quando foi no segundo dia já choveu [...] Deu um chuvão! Aí no terceiro dia a gente já foi

pra agradecer né, mesmo, porque tinha chovido. Desde então, é, tem pouco tempo isso, foi dando umas chuvas né, não deu mais uma seca assim, tão prolongada. A gente rezou três dias” .

A primeira informação sobre esse ritual nos chegou através de uma marca na paisagem. Para Santos (1997), a paisagem apresenta uma sobreposição de tempos de diferentes modos de produção. Como testemunho de modos de produção de tempos distintos sobrepostos ela apresenta um sistema técnico que marca essas diversas épocas, em seus aspectos material e imaterial. A técnica, portanto, como um fenômeno histórico, vem configurando então, essa paisagem, formada por objetos técnicos diferentemente datados. Esses sistemas técnicos vão se realizar através das ações.

Podemos considerar que as experiências em que estiveram envolvidas as famílias agricultoras também vão compor o momento atual e vão se manifestar na paisagem. Assim a paisagem que vem se configurando no Assentamento situa no presente partes desses tempos vividos. O seu desenho vai trazer marcas, como um registro, ainda que fragmentado, de um modo de produção, de um modo de trabalhar que se conheceu, atuou, viu.

Assim, estamos interpretando a paisagem do assentamento, como uma representação, uma imagem que é um instrumento que nos ajuda a conhecer a realidade e conhecer como essa realidade é vista, observada e usada pelos sujeitos (RAFESTTIN. 2009).

Se analisarmos a ação do cruzeiro isoladamente pode parecer difícil pensar que aconteceu no momento atual. Isto porque na racionalidade ocidental capitalista

o que é considerado contemporâneo é uma parte extremamente reduzida do simultâneo. O olhar que vê uma pessoa cultivar a terra com uma enxada não consegue ver nela senão um camponês pré-moderno (SOUSA SANTOS, 2002 p.245).

O que procuramos realçar é que esta ação indica um modo diferente de lidar com um problema e de vivenciar a contemporaneidade. Entender isso é fundamental para superar a *monocultura do tempo linear*, uma forma de conceber o tempo que hierarquiza, exclui e desqualifica práticas que não se enquadram nessa lógica única e que determina o que é atrasado e o que é moderno, o que desenvolvido e o que é subdesenvolvido²² (SOUSA SANTOS, 2002). Esse debate é importante porque envolve relações de poder.

A sociedade entende o poder a partir da noção de temporalidade que nelas circulam. As relações de dominação mais resistentes são as que assentam nas hierarquias entre temporalidades e essas continuam hoje a ser constitutivas do sistema mundial. São essas hierarquias que reduzem tanta experiência social à condição de resíduo. As experiências são consideradas residuais porque são contemporâneas de maneiras que a temporalidade dominante, o tempo linear, não é capaz de reconhecer (SOUSA SANTOS, 2002. p. 251).

Assim, a materialidade do cruzeiro como um marco na paisagem e no território e a simbologia do ritual nos levou a pensar no seu significado ao compor o processo de enraizamento de práticas tradicionais na agricultura.

No intuito de dar inteligibilidade a esta ação podemos acionar a noção de *referentes ideológicos*²³ (BERDOULAY, 2012). Este termo é usado para definir os valores disponíveis na cultura do indivíduo que o guiam em suas escolhas. Estes valores devem ser observados dois a dois de modo que constituam duas

²² O termo desenvolvimento que, por vezes, estabelece a noção de países mais avançados e subdesenvolvidos para os menos avançados economicamente tem por base a monocultura do tempo linear. É como se se definisse uma linha vertical aonde se posicionam os países nos seus níveis económicos. Os piores devem correr contra o tempo para alcançar os melhores. E porque não pode haver tantas formas de se desenvolver quantos são os países no globo?

²³ Acerca da definição de ideologia Berdoulay identifica uma noção mais geral em que a ideologia se define em sentido banal como um conjunto de ideias e outra noção, desenvolvida dentro da geografia cultural radical com viés marxista, de ideologia como uma representação imposta pelas classes dominantes para facilitar a sua dominação sobre os outros. Contudo o autor propõe avançar nessa definição propondo que possamos *recorrer à ideologia para ver o funcionamento da cultura como ação*: “Consiste em considerar a ideologia como atividade ordinária, constitutiva da vida em sociedade” (BERDOULAY, 2012, p. 113).

polaridades. Essas polaridades são opostas, mas não são contraditórias. Elas se retroalimentam e se equilibram constituindo referências possíveis para a prática ou ação do indivíduo que vai se situar no espaço entre uma polaridade e outra mediante uma situação particular.

No nosso caso nos interrogamos sobre quais referentes ideológicos guiaram aquela ação do cruzeiro e para efeito de análise escolhemos polaridades relacionadas à prática da agricultura e à relação dos sujeitos com a natureza, de modo a estabelecer as polaridades natureza como ferramenta e natureza sacralizada.

A natureza como ferramenta representa o meio pelo qual os indivíduos se reproduzem no território, remete à dimensão material da terra e ao seu uso. No contexto do assentamento, em um momento anterior essa polaridade foi mobilizada, haja vista quando citamos a utilização do round-up para combater a braquiária. Uma natureza dessacralizada em que foram banidos os seus deuses faz com que ela se transforme em um mero objeto de nossa dominação antropocêntrica (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Mas no momento em que o impasse foi a seca, essa polaridade foi inviabilizada, o que fez com que os agricultores mobilizassem a outra polaridade, acionando uma dimensão sacralizada da natureza, que se expressa pelo ritual explicitado anteriormente.

Segundo Boff (1997) o sagrado corresponde a uma experiência fundadora das experiências que construíram as culturas no passado e a identidade do ser humano. Na recuperação dessa dimensão, recupera-se a dignidade da Terra.

Esse sagrado assumido nos faz voltar de nosso exílio e despertar de nossa alienação. Reintroduz-nos na casa que havíamos abandonado. E começamos a tratar a Terra, cada coisa dentro dela e o inteiro universo como tratamos nosso corpo, cada órgão nosso, cada emoção de nossa alma e cada pensamento de nossa mente. Somente uma relação pessoal

com a Terra nos faz amá-la. E a quem amamos também não exploramos, mas respeitamos e veneramos (BOFF, 1996, p, 184).

Assim se estruturam os saberes ancestrais, a partir racionalidades que apontam para a manutenção da diversidade biológica e cultural na agricultura. Entre esses saberes a natureza é concebida sob seus domínios visíveis e invisíveis. Para compreendê-los de maneira adequada é necessário entender que eles são baseados na complexa inter-relação entre as crenças, os conhecimentos e as práticas em que a realidade se constrói, com base nas experiências sociais e nas necessidades locais (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009).

No caso em questão, o cruzeiro representa o elemento religioso que é um referencial importante na realidade daquele grupo, pois está presente no contexto histórico que deu origem ao assentamento, sobretudo se considerarmos o papel da igreja católica nas políticas afirmativas junto ao movimento sindical da região na figura das CEBs, pastorais da juventude etc.

É emblemático ainda o nome escolhido para o assentamento em homenagem ao padre que tinha bastante proximidade com o movimento dos trabalhadores rurais. Em sua obra, Durkheim (1989 citado por Sousa, 2011) destaca o aspecto coletivo e social das religiões. Para ele as religiões são um sistema de valores elaborado pela sociedade e que expressam os aspectos da realidade social.

A relevância da religião para a disseminação da agroecologia entre agricultores é o tema de um estudo realizado pela pesquisadora Maria Amélia S. Dicke. Ao estudar essa relação a partir da ótica da Agroecologia do Centro Vianeí, da agricultura natural da Igreja Messiânica Mundial do Brasil e da agricultura biodinâmica da Antroposofia, a autora destaca que nesses contextos a agroecologia aponta para “religião universal” que não se prende a credos instituições, rituais exclusivos, mas se encontra na mística da salvação contra o perigo da destruição da espécie humana e do planeta. As três versões

apresentaram uma definição de natureza em integração com o ser humano (DICKE et al., 2003).

Assim o saber que informou aquela ação se funda nas experiências que se tem de mundo. Naquele momento de impasse, saberes que se encontravam latentes emergiram para compor a construção do território. O que mostra que a modernização da agricultura não foi suficiente para apagá-los.

Para a agricultura familiar a terra apresenta uma forte dimensão simbólica. Além de um recurso, a terra é um habitat, lócus de reprodução de sua existência e onde se estabelecem suas bases culturais. Segundo Martins citado por Oliveira (1991) os lavradores brasileiros conhecem a verdadeira função da terra diferenciada de outros meios de produção, para eles “a terra é uma dádiva de Deus” .

Inclusive agora pra mim está muito mais presente isso. Agora eu lembro, eu vou lembrando de pouco de tudo o que meu pai ensinou, o que a gente pode aproveitar na agricultura, o que a gente pode fazer de melhor pra terra não ser tão agredida. Então hoje isso tá ficando... Essa semana mesmo eu lembrei, de uma coisa muito importante, que meu pai fazia... só não tá vindo na minha cabeça agora, eu falei com Valquíria, papai fazia isso. Então tá vindo umas coisas na minha cabeça que eu achava que eu não ia lembrar disso mais. Que ele sempre ensinou que gente deve, né, sempre ter uma amor com a terra, sempre cuidar bem dela, não agredir ela. Então meu pai sempre ensinava isso pra gente. Ensinava o valor daquilo que a gente colhia, pra alimentação, pra ser melhor pra saúde da gente (Dona Armezinda).

A garantia de se reproduzir em uma terra que é sua por conquista e por direito e o estabelecimento de uma relação afetiva reafirmaram a presença dos saberes e práticas relacionadas ao cuidado com o ambiente que é princípio fundamental da agroecologia.

A Agroecologia propõe alternativas que visam substituir práticas predatórias que caracterizam a agricultura capitalista, sua violência desterritorializadora, voltada para a tecnologia em lugar das pessoas, para as relações do mercado em lugar das relações entre as pessoas e entre estas e a natureza. Na Agroecologia o solo não é apenas suporte físico para a produção, é suporte para a vida, devolvendo à *agricultura* seu lugar na composição das relações humanas e da natureza enquanto seres em comunhão. E às comunidades, não somente uma coordenada geográfica, mas aonde se assentam identidades e os saberes se convertem em práticas, habilidades, capacidades. Na agroecologia, os saberes se confundiam com os sabores (SACHS, 2002).

*“Aquele tempo eu plantava tantas coisas e não colhia que eu já tinha assim, um pouco de desesperança já pra plantar... Eu já tava desanimada. Hoje cada folha de cebola que eu vejo, eu vejo ali um sentido nela, eu vejo ali um lucro pra mim, entendeu? Em cada coisa, a as mais simples eu já vejo lucro. Hoje eu tenho poucas frutas, mas eu tenho abacaxi pra fazer suco, né? Eu já tenho o maracujá dando. Então pra mim hoje, eu já falo se for pra comprar um pacote de suco aqui em casa eu fico sem beber suco. Porque eu já faço meu suco, se eu tenho eu bebo, se eu não tenho eu não bebo. Se for esperar do meu dinheiro eu não compro não. Eu vou fazer das minhas frutas. Então que eu já sinto assim, um sabor daquilo que eu tô colhendo. Eu já não sinto desejo de compra essas coisa, de tá buscando de tá comprando, porque já vem pronto, entendeu? Mas não é assim porque eu tô falando isso por orgulho não, é o que eu sinto. Eu sinto prazer de comer e de beber daquilo que eu tô colhendo. Eu acho isso maravilhoso, pra mim eu achava que eu nunca ia ter na minha vida, poder tá fazendo com aquilo que eu plantei”
(Dona Armezinda).*

A elaboração dessa experiência tem como base uma razão, não somente instrumental, mas também simbólica, que envolve os sentidos corporais e

espirituais, em que “conhecer não é apenas uma forma de dominar a realidade. Conhecer é entrar em comunhão com as coisas” (BOFF, 1997 p. 17).

Através dessa experiência podemos identificar o acontecer de uma nova percepção da Terra, como uma imensa comunidade da qual fazemos parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se traduziu numa tentativa de realizar um debate acerca das práticas e saberes que envolvem a Agroecologia desde a ciência geográfica. Lançamos mão de elementos essenciais para a produção espacial – técnica, razão, emoção e tempo – para compreender de que modo se estruturam em um contexto específico de produção de um território.

Em nossa análise identificamos possibilidades de estabelecer variadas relações entre as dimensões que propomos no esquema metodológico. No entanto, talvez esta proposição tenha sido um tanto ousada para o mestrado, seja pelo tempo e até mesmo pela nossa experiência. Foram estabelecidas as relações primárias indicadas pelas setas, enquanto poderiam ser exploradas inúmeras direções, um tanto ocultas na representação do esquema. Todavia a aplicação da metodologia se efetivou, guardando elementos mais complexos que podem então, gerar estudos posteriores.

O que o grupo de agricultores do sindicato de Espera Feliz indicou, os teóricos do mundo rural afirmam e o fato se confirma mais uma vez: o acesso a terra continua sendo indissociável da garantia de reprodução social dos camponeses. É urgente um projeto político de reforma agrária popular não de redução, mas de fim do latifúndio.

Nessa experiência, a terra é o fundamento e o resultado das articulações sociais e políticas que se estabelecem entre os agricultores. Na luta pela terra os sujeitos se reconhecem. Trabalham o sonho no desejo de ter um chão de pertença. Essa é uma certeza, as dúvidas são muitas. E as bagagens também são repletas de memórias dos caminhos de alegria e também de dor que percorreram.

A conquista vem com o tempo. Com ele também andam as transformações em curso, nas pessoas e na paisagem. É preciso produzir para viver. Viver com certa liberdade, suprir a necessidade do núcleo familiar. O planejamento é diversificar a produção para conseguir quitar as dívidas. A

prática de antes ainda serve, mas talvez amanhã não sirva mais. A inovação e a tradição coexistem. E a possibilidade se abriu, na construção desse sonho. A produção do território, da vida e da dignidade.

Nesse sentido, no Assentamento Padre Jésus há um processo simultâneo de produção de conhecimento. A consciência do mal causado pela aplicação de agrotóxicos vem da própria experiência na terra. A produção agroecológica de alimentos e suas formas de distribuição podem ser entendidas como um ato de educação para o consumo, tanto para quem produz quanto para quem compra. Assim é educação para o ambiente. A ocupação de uma área improdutiva, com a atividade agrícola com enfoque agroecológico, se converte ainda em serviço gratuito de recuperação de uma área degradada, na medida em que potencializa os ciclos naturais do ambiente ao promover a manutenção da biodiversidade. A relativa autonomia para a organização do tempo do trabalho se traduz na utilização do tempo livre para a produção criativa e tecnológica que confere caráter dinâmico à agricultura camponesa.

A sensação de pertencimento ao território é assentada em elementos que envolvem o contorno de obstáculos, a criatividade e o invisível – talvez por isso, sagrado. A trajetória das famílias na agricultura vêm se ressignificando no tecer de novas redes e na vivência em uma terra que é sua, mas também serve essencialmente aos outros.

Assim, com o território surgem novos valores e novos comportamentos que podem ser assumidos por um número cada vez maior de pessoas e de comunidades. Esse sentido de comunidade pode ser identificado através do estabelecimento de relações próximas e reais entre as pessoas e entre estas e o ambiente em que vivem.

Além disso, esta experiência revela muito do que está em jogo para a Agroecologia se concretizar no espaço agrário brasileiro. Em primeiro lugar, a urgência da superação do caminho único de desenvolvimento rural da revolução verde, com o estabelecimento de medidas mais rigorosas de controle

e eliminação do uso de agrotóxicos na produção alimentar, em respeito ao ambiente e às pessoas, produtoras e consumidoras.

Com relação à organização política, a construção e o fortalecimento de circuitos locais, demonstram a força de transformação da realidade existente nos lugares, como Santos (1997) anunciou. Nessa dimensão, em articulação escalas diferentes ressaltamos a importância das redes construídas na confiança entre organizações de trabalhadores rurais, Universidade e organização da sociedade civil.

Nesse sentido, através dessa organicidade que aponta para o conjunto de experiências em agroecologia, as mais diversas em todo país, importantes passos foram dados. O primeiro, a instituição, pelo Governo Federal, em 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). E o passo seguinte, a construção participativa e o lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) (BRASIL, 2013). Um novo caminho a ser percorrido pelo movimento agroecológico brasileiro se descortina.

Diante disso, encerramos este trabalho com a pretensão de ser pelo menos um fio entrelaçado na tessitura dessa grande rede de construção da Agroecologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1996.
- ALTIERI M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE. 1989.
- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Uso e Conservação da Biodiversidade**: Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2007. 69 p.
- ANDRADE, Fernanda Maria Coutinho de. ; CASALI, Vicente Wagner Dias. 2011. **Homeopatia, agroecologia e sustentabilidade**. Rev. Bras. de Agroecologia. 6(1) : 49-56.
- BARBOSA, W. A. **Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente**. 2005. Tese (doutorado). Centro de Ciência da Educação. Florianópolis. Santa Catarina. UFSC.
- BERDOULAY, V. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (orgs). **Olhares Geográficos: Modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia. Grito da Terra, grito dos pobres**. 2ª ed. São Paulo: Ática. 1996.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. e ROSENDHAL, Z. (org.) **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2002.
- BRASIL, 2013. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. -- Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/arquivos/view/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf> . Acesso em janeiro 2014.
- CAPORAL, F. R., AZEVEDO, E. O. **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – EaD. Paraná. 2011.
- Cardoso, I.M. & Ferrari, E.A. **Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores**. Agriculturas 3:28-32. 2006.
- CARDOSO, Irene Maria; DUARTE, Edvânia Maria Gourete; SOUZA, Maria Eunice

CAZELLA, A. A., BONNAL, P., MALUF, R. S. (orgs). **Agricultura familiar. Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad. 2009.

CINTRÃO, R. P. **ONGs, Tecnologias alternativas e representação política do campesinato:** uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

DEAN. Warren. **A Ferro E Fogo: A história e a devastação da. Mata Atlântica brasileira.** São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável.** São Paulo: Brasiliense. 2008

ERTHAL, Rui. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, 2ed.

FERNANDES, B. M.. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** In: OSAL: Observatório Social da América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>

FERNANDES, Bernardo Mançano e LEAL Gleison Moreira. **Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária.** IV Encontro Nacional de Pós Graduação em Geografia, ANPEGE. USP. São Paulo. 2002.

FERRARI, Eugênio Alvarenga. **Agricultura familiar camponesa, Agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica** (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2010

GOHN, M. G.. **Movimentos Sociais e Educação.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUATTARI, Felix, ROLNIK. Sueli. **Micropolíticas. Cartografias do desejo.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes. 1996.

HAESBAERT R.; BRUCE G. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari.** 2002. Disponível em: <<http://artespacos.blogspot.com.br/2010/09/desterritorializacao-na-obra-de-deleuze.html>>

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, 2ed.

_____ **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade.** Porto Alegre, setembro de 2004. Disponível em: <

http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf>. Acesso em outubro 2012

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HILMI, Angela. **Transición agrícola. Uma lógica diferente**. La red Más y Mejor. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br> >. Acesso: 15 de março de 2012.

LEFF, H. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf> acesso em junho/2013.

LINHARES, M. Y. , SILVA, F. C. T. da. A questão da agricultura de subsistência (1981). In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: EDUNESP, Brasília: NEAD, 2009. P. 117-133.

NETTO, M. M.; DINIZ, A. M. A. A Formação Geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista RA'É GA**, Curitiba: Editora UFPR, n. 12, p. 21-34, 2006.

NEVES, D. P. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada agroindústria exportadora. In: NEVES, D. P., SILVA, M. A. de M. (orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: EDUNESP, Brasília: NEAD, 2008. P. 137-161.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

Paula; CARNEIRO, Joana Junqueira; MEIER, Matin; FERNANDES José Martins; SIQUEIRA, Livia Constâncio de; GARCIA, Flávia Cristina Pinto.

Agrobiodiversidade em sistemas de produção agroecológica. Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. 2010

PAULINO, Eliane Tomiasi. (PLOEG, Jan Douwe van der.) *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p. (Resenha) AGRÁRIA, São Paulo, no 9, pp. 85-95, 2008.

PETERSEN, P. Agroecologia e superação do paradigma da modernização In: NIEDERLE, P. A., ALMEIDA L., VEZZANI F. M. (orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós. 2013. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2013/07/livro-agroecologia-praticas-mercados-e-politicas-para-uma-nova-agricultura-2/>>

PORTO-GONÇALVES, C. W. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. SANTOS, M. et al. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, 2ed.

PRADO JR., Caio. Agricultura de subsistência. In: PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo. Brasiliense, 1999. P. 157-158.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Marlene. Movimento camponês é ou não sujeito histórico?. In: RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

SACHS, I. **Brasil rural: da redescoberta à invenção**. Estudos avançados, São Paulo: IEA-USP, ano 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300008&script=sci_arttext> Acesso em outubro de 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo. Edusp. 1997.

SEBRAE, 2009. **Cartilha PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável**. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em fevereiro de 2014.

SCHIMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. SAUER, S., BALESTRO, M. V. (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHNEIDER, S., MATTEI, L, CAZELLA A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SEVILLA GUZMAN, E. , MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular. 2013

SILVA, M. G. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz-MG**. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2010.

SOARES DO BEM, A. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. Educ. Soc., 27. Campinas: 2006. 1137-1157.

SOUSA SANTOS, B. S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro 2002. 237-280.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La Memoria Biocultural - La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales.** Barcelona. Icaria editorial. 2008.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XX, n.1, jan/mar, 1958.

WANDERLEY, M. N. B. **O Mundo Rural como Espaço de Vida:** reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2009, p. 185-200.

WEID, J. M. von der. **Segurança Alimentar: Alimentando o mundo no século XXI.** In: Revista Agriculturas. Experiências em agroecologia. ASPTA. Junho 2012. pp. 8-11.

WEZEL. A., BELLON, S., DORÉ, T., FRANCIS, C., VALLOD, D., DAVID, C. 2009. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review.** Agron. Sustain. Dev. Disponível em: www.agronomy-journal.org. Acesso em janeiro de 2012.

SITES:

Ministério de Minas e Energia. Programa Luz Para todos. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

Revista Cafeicultura. Disponível em: <revistacefeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=3555>. Acesso em 5 de fevereiro de 2014.

Syngenta. Disponível em: <www.syngenta.com/country/pt/pt/produtos/proteção_de_culturas/Inseticidas/Pages/Vertimec/.aspx>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2014.

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM. Disponível em: <ctazm.org.br>. Acesso em 5 de fevereiro de 2014.

APÊNDICE

ROTEIRO ENTREVISTA

Antecedentes

Nome - Local de nascimento e idade

Você sempre viveu na roça? Descreva os fatos marcantes de sua infância na roça.

Qual a origem de sua família? Quantos membros são? Viviam todos juntos? Vocês sempre viveram no mesmo local?

Você sabe de onde vieram os seus parentes mais distantes, por exemplo, avós e bisavós? Você conviveu com parentes mais velhos? Se não, o que ouviu falar sobre eles? O que aprendeu com eles com relação à agricultura?

O que você fez depois que saiu de casa?

Participou de algum movimento político essa época?

Onde foi morar? Como era o local? O que plantavam para a família? Tinham patrões? Como era a relação com os patrões? Como era a questão do trabalho e da produção? Para quem comercializavam? O que plantavam para consumo?

Como aprendeu a ser agricultor? Foi uma escolha ou gostaria de trabalhar com outra coisa? Está satisfeito em viver como agricultor? Sim, não Porque?

Como conheceu o STR? Qual sua relação com o STR?

ORGANIZAÇÃO PARA MUDANÇA

O que o/a motivou vir para o assentamento?

Como foi feita a negociação para a compra da terra?

Como foi feita a divisão dos lotes? E a parte coletiva?

Como foi negociada a infraestrutura como água e luz?

Houve algum problema ou conflito durante essa negociação? Por quê?

Como administra as prestações de parcelamento da terra? Você tem conhecimento das taxas de juros? Você conhece as penalidades pelo não pagamento da terra?

Em algum momento você pensou em desistir? Quando? Por que não o fez?

Qual foi o momento mais marcante para você nesse processo de organização?

A VIDA NO ASSENTAMENTO

Crédito Fundiário

Quais foram as saídas encontradas pela família para realizar o pagamento das parcelas?

De que maneira vocês vêm administrando o trabalho assalariado com o trabalho na sua propriedade?

Vocês tem acesso a algum outro tipo de crédito ou projeto que beneficia a produção de sua propriedade? Qual? Como funciona?

Quais as principais dificuldades encontradas para se estabelecer?

Ocupação com agricultura

Depois da abertura das praças como começaram a organizar a ocupação da área de sua propriedade? Será que conseguimos fazer um mapa?

Como vocês tem feito o planejamento da produção e do calendário agrícola?

Qual é o tempo que você se dedica à agricultura em sua propriedade?

Como vocês organizam o trabalho na agricultura? Há divisão das tarefas na família? Como é realizada? Há divisão da renda do trabalho entre os integrantes da família? Como é?

Como são adquiridos os insumos para a lavoura? Quais tipos de insumo costumam usar?

Você considera que a paisagem da sua propriedade mudou? Por quê?

Projetos e perspectivas

Quais foram as principais conquistas depois que entraram na terra? (Pode-se falar tanto individual como coletivamente).

O que viver aqui hoje representa para você e sua família?

O que você sonha constituir aqui no assentamento? O que você vislumbra para daqui a 20 anos?